

SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEMÓRIA E DEMOCRACIA

2024

**MINISTÉRIO DA
CULTURA**



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo Alckmin

MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA

Margareth Menezes da Purificação

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Márcio Tavares

SUBSECRETÁRIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Cecília Gomes de Sá

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Izabel Torres Cordeiro

Letícia Miguel Teixeira

APOIO

IBRAM

IPHAN

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário internacional memória e democracia /
[organização de Ana Paula Brito, Cecília
Gomes de Sá ; fotografias de Filipe Araújo,
Victor Vecone]. -- Brasília : Ministério da
Cultura, 2024.
80 p. : il. color.

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-982015-1-7

1. Democracia - Brasil. 2. Cultura - Brasil. 3.
Memória. 4. Museu (Projeto). I. Brito, Ana Paula. II. Sá,
Cecília Gomes de.

CDD 321.80981
CDU 321.7(81)

**INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS
NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL
MEMÓRIA E DEMOCRACIA**

Grupo Bandeirantes

Memorial das Ligas E Lutas Camponesas

Ministério da Cultura

Ministério dos Direitos Humanos

Museo de la Memoria Y Los

Derechos Humanos do Chile

Museu Indígena Kanindé

Museu Riomemórias

Rede Museologia Kilombola

Redes da Maré

Sesc SP

Spectaculu Escola de Arte e Tecnologia

Universidade de Brasília

Universidade Estadual De São Paulo

Universidade Estadual Do Pará

Universidade Federal De Minas Gerais

Universidade Federal Do Rio De Janeiro

Universidade Federal Fluminense

Universidade Harvard

SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEMÓRIA E DEMOCRACIA

ORGANIZAÇÃO

Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais. (SE./MinC).)

CURADORIA

Cecília Gomes de Sá (SEEC-Minc)

Heloísa Murgel Starling (UFMG)

Izabel Torres (SEEC-Minc)

Marcela Telles (UFMG)

RELATORIA DO SEMINÁRIO

Ana Paula Brito. *The Maria Sibylla Merian Center for Advanced Latin American Studies* (Calas Center)

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Ana Paula Brito.

Cecília Gomes de Sá (SEEC-Minc)

FOTOGRAFIAS

Filipe Araújo (MinC)

Victor Vecone (Minc)

EDITORAÇÃO

Carlos Frederico Silva de Oliveira (SEEC/MinC)

CAPA

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto de construção do Museu para a Democracia no Brasil que faz parte do Novo PAC, o qual tem o objetivo de apresentar e contribuir com o entendimento sobre a história da Democracia no Brasil. As indicações de nomes e a apresentação desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da internet onde pode ser encontrado o original.

Sumário

O Seminário Internacional Memória e Democracia pela Ministra de Estado da Cultura.....	8
1. APRESENTAÇÃO	10
1.1 APRESENTAÇÃO DA CURADORIA.....	12
2.MESAS E ATIVIDADES.....	14
2.1. MESA DE ABERTURA	15
Imagem 01: Mesa com autoridades na abertura oficial do Seminário.	17
Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	17
Imagem 02: Ministros presentes na mesa de abertura, Ministra da Saúde, Nísia Trindade; Ministra da Cultura, Margareth Menezes, e, Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.	18
Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	18
Imagens 03: Da esquerda para direita: Daiara Tukano, Leandro Grass, Fernanda Castro, Margareth Menezes, Heloisa Starling, Nísia Trindade, Mauro Vieira, Márcio Tavares, Cecília Gomes de Sá.	18
Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	19
Imagens 04 e 05: Performance da artista Daiara Tukano. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	19
2.2. MESA 1 – DEMOCRACIA NO BRASIL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E SIGNIFICADO	20
CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO	23
Imagens 06 e 07: Participantes da segunda mesa do seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	24
Imagens 08, 09, 10 e 11: Público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	26
2.3. Mesa 2 – Democracia para quem: uma nova agenda de direitos	27
CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO	29
Imagem 12 e 13: Mesa 2: Democracia para quem? Uma nova agenda de Direitos. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.....	30
Imagens 14 e 15: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	32
2.4. MESA 3 – NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM ARTE.....	33
CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO	34
Imagem 16: Mesa 3: Não há Democracia sem arte.Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.....	35
Imagem 17: Participantes da mesa 3: Não há Democracia sem arte e, curadoras do seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	36
Imagens 18 e 19: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.	37
Imagens 20 a 23: Performance poética. Democracia em verso e glosa. Com Luna Vitrolira e as glosadoras do sertão do Pajeú. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.....	39
2.5. MESA 4 – CONSTRUINDO O MUSEU DA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	39

CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO	42
Imagem 24 e 25: Mesa 4: Construindo o Museu da Democracia Brasileira.	43
Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc	43
Imagem 26: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc	44
Imagem 27: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc	45
ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO	46
Imagem 28: Encerramento do seminário pela curadora Heloísa Starling (UFMG). Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.....	46
3. APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E AUDIOVISUAIS	48
4. CONSIDERAÇÕES DA RELATORIA	50
Imagem 29: Cuia de mate com o registro “Nunca Mais” com quadro de fotos de desaparecidos políticos argentinos ao fundo. Foto: Ana Paula Brito. Acervo pessoal.....	52
Imagens 30 e 31: Corporación Villa Grimaldi e, Museo de la Memoria y los Derechos Humanos do Chile. Foto: Ana Paula Brito. Acervo pessoal.	53
Imagem 32: Relatora do seminário, Ana Paula Brito, em interação com mesa. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc	57
4.1. IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS.....	58
4.2. IDENTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS.....	60
4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
5. REFERÊNCIAS CITADAS DURANTE O SEMINÁRIO PELOS PALESTRANTES.....	62
5.1. ARTISTAS.....	63
5.2. DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES.....	63
5.3. TESTEMUNHOS E OUTRAS REFERÊNCIAS AUDIO-VISUAIS.....	63
5.4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
6. BIOGRAFIA DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO	66
AUTORIDADES	67
CURADORAS DO SEMINÁRIO.....	69
RELATORA	70
MEDIADORES	71
PALESTRANTES	72
ARTISTAS	76

VIVA A
DEMOCRACIA

O SEMINÁRIO INTERNACIONAL
MEMÓRIA E DEMOCRACIA
PELA MINISTRA DE
ESTADO DA CULTURA

As reflexões e debates trazidos pelo Seminário “Memória e Democracia”, realizado em Brasília, articularam questões centrais para a afirmação e consolidação de nossa liberdade cultural, de nossa democracia e estão na centralidade da gestão de nosso Ministério da Cultura: a democracia é matéria-prima da cultura e vice-versa. Uma sociedade democrática caminha lado a lado com a equidade de acessos a nossos bens, produtos e serviços culturais.

Os últimos ataques ao nosso Estado Democrático de Direito são um alerta para não nos esquecermos de que a democracia é um bem comum que precisa ser cultivado, protegido, valorizado. Por isso a importância de salvuardarmos e divulgarmos o conhecimento sobre a história da democracia, que é uma história de luta e resistência, de todas as pessoas.

A cultura possui um papel central na defesa da democracia, pois é pedagógica na construção pelo respeito às diferenças, ao pensamento divergente; nos permite um melhor entendimento do outro, entendimento esse que aproxima e permite pontes e comunicação entre os que pensam e vivem de formas diferente. A liberdade da expressão artística é uma das principais expressões da conquista e a manutenção da democracia.

A nossa história política e social recente nos encorajam a criar o projeto do Museu da Democracia, um espaço de produção de cultura e conhecimento capaz de apresentar e contribuir com o entendimento sobre a história da democracia, suas lutas, e sobre os diversos momentos em que os brasileiros se mobilizaram com o objetivo de implantar, defender e expandir a democracia em nosso país.

Um de nossos primeiros projetos da minha gestão, pensado junto com o Presidente Lula e com a primeira-dama, Janja da Silva, surge como resultado do que vimos acontecer diante de nossos olhos e corações que ansiavam por um novo momento. Nesse momento de realinhamento do ambiente democrático em nosso país, a cultura é para uma democracia saudável. Mas também, a democracia está na alma de uma cultura que se quer viva, diversa e pujante, por isso eu reitero que esse é um tema central de nossa gestão.

O Museu da Democracia reafirma a importância de preservarmos e salvuardarmos nossas memórias e nossa história. A partir do diálogo e da participação social, queremos manter viva nossa memória da democracia, para que não deixemos cair no esquecimento o que caminho que percorremos, que possamos aprender com nosso passado, mas principalmente, que enquanto coletivo, enquanto nação não permitamos que essas atrocidades ocorram novamente.

Nosso desejo materializado com o seminário e que reverbera na construção de nosso museu, reforça esse lugar central da participação social, da diversidade e pluralidade de ideias enquanto exercício de cidadania democrática e inclusiva.

Contra toda e qualquer forma de Ditadura. Para que isso nunca mais aconteça!

Viva a Democracia Brasileira!

VIVA A

1. APRESENTAÇÃO

DEMOCRACIA

“É preciso democratizar a cultura, mas também culturalizar a democracia.”*1

Essa frase da ministra Carmen Lúcia expressa o espírito do ano 2023 em que o Brasil se chocou com as invasões aos palácios de Brasília no 8 de janeiro, demonstrando o ápice do ataque à cultura e da intensificação de uma série de atos antidemocráticos ocorridos nos últimos tempos.

Também revela a necessidade urgente de desenvolver em nossa sociedade uma cultura de justiça e participação. *Culturalizar a democracia* implica em incorporar a nossa cultura a promoção do diálogo, da tolerância e do respeito às diferenças dentro do processo democrático. Significa educar cidadãos e cidadãs para que valorizem a importância de sua participação ativa e consciente na vida política. Já ao falar em democratizar a cultura, ela nos sugere a necessidade de tornar a cultura, em suas diferentes linguagens e formas de expressão, acessível a todas as pessoas, independentemente de suas condições socioeconômicas.

No entanto, a democracia não é um conceito estático. O que se entende por democracia hoje não é a democracia grega e nem a democracia iluminista. Seu conceito se transforma, entra em conflitos, se requalifica e se adapta no tempo e no espaço a novas realidades sociais, econômicas e culturais.

A frase da ministra do STF foi enunciada exatamente um mês antes do Seminário Internacional Memória e Democracia ocorrido em voltas do Dia Internacional da Democracia, entre 14 e 15 de setembro de 2023, no auditório Wladimir Murтинho do Palácio do Itamaraty, Brasília, por organização do Ministério da Cultura. Com curadoria conduzida pela da Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais e pela grande historiadora Heloísa Starling e com apoio do IBRAM e do IPHAN, o seminário teve como principal intenção discutir as atualizações da ideia de democracia nos dias de hoje e pensar, de forma coletiva, os caminhos para o acesso público à memória da construção da democracia brasileira pela viabilização de um futuro espaço expositivo dedicado ao tema.

Para o debate foram convidados artistas, ativistas e especialistas e representantes de instituições de memória, história, cultura, comunicação e política. O público contou com mais de 200 participantes presenciais e mais de 700 assistências virtuais pelo canal do YouTube do Ministério da Cultura (MinC).

Nesta publicação, de relatoria da pesquisadora Ana Paula Brito, encontra-se um resumo das falas individuais dos palestrantes nas mesas temáticas, as principais observações do público presente, os pontos discutidos na interação entre público e palestrantes, a sistematização das diversas propostas para o Museu da Democracia, uma breve consideração da relatoria e as principais referências citadas pelos palestrantes. Boa leitura!

Cecília Sá
Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais /MinC

*Frase proferida em discurso da ministra Carmen Lúcia no dia 14 de agosto de 2023 por acontecimento da abertura do Encontro Nacional de Gestores da Cultura, em Vitória-ES.

1.1 APRESENTAÇÃO DA CURADORIA

A palavra grega *Dēmokratia* combina dois substantivos. *Kratos* significa força, solidez, capacidade de se afirmar. Também serve para nomear o poder soberano, isto é, o poder atribuído a quem determina as escolhas públicas numa comunidade. *Demos* designa genericamente “povo”, e o grande problema da democracia, em qualquer época ou lugar, é exatamente esse: saber quem é o povo e quem faz parte dele. Para que a democracia seja viável e se transforme em realidade é preciso encadear dois princípios: a liberdade, que significa ausência de dominação; a igualdade, que traduz a capacidade de considerar todos os brasileiros verdadeiramente iguais em direitos.

A democracia é um perigo para as tiranias porque oferece transparência e visibilidade ao poder — o poder que ficava oculto dentro dos palácios vai para a praça pública, vai para o centro da aglomeração urbana —, e seu avanço é provocado pela conquista e expansão do catálogo de direitos. E os direitos são a alma da democracia. O ato de declarar e o emprego da linguagem dos direitos que os determina inerentes nos seres humanos, universais e aplicáveis em qualquer lugar, deslocaram a titularidade do poder, do soberano para o conjunto dos cidadãos

As duas Conjurações ocorridas no Brasil durante a década de 1790 – no Rio de Janeiro, em 1794, e em Salvador, em 1798 – incluíram, entre nós, o aprendizado e a prática da concepção moderna de democracia. Mas, uma coisa é certa: sua construção é fruto de uma longa luta dos brasileiros no campo da imaginação e da vida social e política – com avanços lentos, drásticos recuos e momentos obscuros ou sangrentos. Ademais, a democracia nunca chega de uma vez por todas – seu horizonte de expectativas se desloca constantemente até mesmo como reação ao que foi materializado num determinado momento da nossa vida pública. E é preciso considerar outro aspecto importante.

A democracia está inscrita na história – não é um fato político consumado. Por conta disso, não existe democracia satisfeita consigo mesmo; ela é um empreendimento contínuo. Isso quer dizer que está sempre em movimento, observou o cientista político Sergio Abranches, é capaz de se refugiar nas bordas de uma sociedade que resiste à inclusão democrática – política e socialmente. Quando não pode agir, a democracia inventa mudanças; em seus momentos de euforia, não se julga plena ou completa.

Democracia não é só um sistema baseado em instituições: eleições, voto, partidos, instituições e agências de governo. É igualmente um modo de vida e uma forma de sociedade. Os valores fundantes do regime democrático são os direitos civis, as liberdades de ir e vir; de expressão; de associação; de imprensa; associadas ao direito à autodeterminação; de votar e ser votado; à voz em decisões de interesse coletivo; à presunção de inocência até prova de culpa acima de dúvida razoável; e a julgamento justo, com o devido processo legal. Uma sociedade democrática faz da igualdade política entre pessoas com interesses e objetivos diferentes seu grande motor de transformação. O plebeísmo é seu ideal normativo.

É um ideal de extensão da cidadania cuja ênfase recai sobre o direito de participar, escreveu o cientista político Cícero Araújo. Trata-se de uma espécie de franquia da cidadania que se orienta pelo critério de inclusão — seu propósito é o de estender a cidadania a um grande número de pessoas, mantendo

as diferenças que existem entre elas, sejam de status, classe social, etnia, gênero, religião e assim por diante. O plebeísmo é a garantia de que todos são iguais nas suas diferenças.

SEMINÁRIO

Os atentados ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023 servem como alerta. Não existe um estágio final de democracia que garanta sua rigidez e resistência – em nenhum lugar no mundo. A liberdade, as instituições democráticas, o catálogo de direitos – o parâmetro por onde se pode avaliar a qualidade da democracia em um país e em cada conjuntura histórica – não se defendem sozinhos. Democracia é um empreendimento compartilhado pela sociedade e o que protege a democracia é uma coisa só: nossa capacidade de mobilizar as pessoas em sua defesa.

O projeto de construir um Museu para a Democracia no Brasil é um trabalho pioneiro e é de extrema importância para a educação, para a memória e para a construção da cultura democrática do país. Trata-se de um Museu voltado para toda a gama de público, capaz de combinar descoberta, aprendizado e troca de conhecimento, um espaço necessário para afirmar o significado da Democracia como ideia ética, jurídica e política. Democracia é um modo de vida em uma sociedade que se orienta por um conjunto de valores praticados cotidianamente pelos cidadãos: solidariedade, tolerância, amizade, solidariedade, compaixão. São esses valores que regulam os modos de convivência entre pessoas que têm igual direito de fazer parte da mesma comunidade.

O Museu para a Democracia é também um espaço de produção de cultura e conhecimento capaz de apresentar e contribuir com o entendimento sobre a história da Democracia no Brasil – e sobre os diversos momentos em que os brasileiros se mobilizaram com o objetivo de implantar, defender e expandir a democracia em nosso país. Os fundamentos constitutivos da nossa experiência democrática estão no passado. Na verdade, eles são o nosso legado. Buscar suas raízes históricas, políticas e culturais para encontrar a rota para um futuro mais democrático no Brasil pode ser o caminho para criar instituições e práticas mais resilientes e eficazes. O legado da Democracia, o que ela intuiu e o que realizou marcam a reflexão sobre uma agenda do presente. Sem esse legado não há como reativar ou revigorar a crença na democracia.

É próprio da Democracia: um Seminário público entre pessoas originárias de diferentes áreas da cultura e do conhecimento; um encontro aberto, orientado pelo propósito de apresentar e contribuir com o entendimento sobre a própria democracia – sua história e significado na vida política, social e na imaginação cultural dos brasileiros; e quais são suas linhas narrativas, as formas e modos de tornar o debate sobre democracia mais aderente à realidade cotidiana da sociedade e como canalizar a energia transformadora do conhecimento para esse objetivo comum.

**Cecília Gomes de Sá,
Heloísa Murgel Starling,
Marcela Telles e Izabel Torres.**
CURADORAS DO SEMINÁRIO.

2. MESAS E ATIVIDADES

2.1. MESA DE ABERTURA

A mesa reuniu autoridades da área da cultura e dos direitos humanos: a Ministra da Cultura, Margareth Menezes; o Ministro das Relações Exteriores, Márcio Macedo; o Secretário Executivo da Cultura, Márcio Tavares; a Presidenta do IBRAM Fernanda Castro; e o Presidente do IPHAN, Leandro Grass.

A presidenta do IBRAM, Fernanda Castro, destacou a importância do futuro Museu da democracia, para o IBRAM, no âmbito de uma caminhada do setor museal no Brasil, com uma política e normativas em torno dos museus. Este será o primeiro museu criado no âmbito do IBRAM desde a criação do órgão em 2009. Destacou a importância de um processo de escuta ativa na sociedade, em etapas longas de inclusão e participação social.

“Este é o pontapé inicial de um processo de escuta que vai ser demorado e intenso e que pretende, já no caminho do que vai ser trilhado nessa instituição, o futuro Museu da Democracia, estabelecer um processo democrático. [...] Lembrando de episódios de autoritarismo, de supressão da democracia, mas para além de tudo, trazendo uma mensagem positiva. Porque o nosso povo é um povo democrático. Nosso povo tem em suas comunidades, nos seus micro processos, experiências democráticas que precisam ser valorizadas. E é isso que esse museu vai trazer” F.C.

O presidente do IPHAN, Leandro Grass, ressaltou a importância de revisitarmos as memórias do 8 de janeiro e que este episódio demonstra uma crise nacional de não enfrentamento de traumas e negacionismos, como a escravidão, as ditaduras, entre outras. Ele instigou os presentes a levarem as discussões do seminário para o lado de fora do seminário, irradiando a importância da democracia e da memória para outros espaços. Destacou ainda a importância de fazermos no país, políticas de memória.

“A política de memória, através da educação, através da formação humana, da formação das pessoas, é a ferramenta que vai permitir que o nosso país trate tudo isso e aponte para o futuro. Daí a importância da política cultural, da política museal, da política do patrimônio cultural, da formação cultural [...] Fazer política de memória é lembrar do que aconteceu, não para exaltar, mas acima de tudo, para que não se repita, para que aquilo não volte a acontecer. Para isso que serve política de memória e verdade, para que a gente aponte para o futuro. E que esse futuro não nos faça vivenciar novamente todas essas violências e traumas passados. [...] Estamos empenhados em que o 8 de janeiro não se repita nunca mais” L.G.

O secretário executivo de cultura, Márcio Tavares, ressaltou a importância da memória para o fortalecimento da democracia, considerando que o episódio do 8 de janeiro demonstrou a

fragilidade do processo de consolidação da democracia brasileira. Ressaltou ainda a necessidade de revisar criticamente a história nacional, atentando para a valorização da diversidade do povo brasileiro, e destacou a importância do projeto para a nação.

“Não se constrói democracias sólidas, com o alicerce do esquecimento. É somente com a memória, da construção e das violências históricas pelas quais a nação brasileira se constrói, como já foi citado aqui, da escravidão, da violação contra os povos indígenas, dos diversos momentos de autoritarismo e ditaduras que nós vivemos, é que nós podemos projetar para o futuro a construção de uma democracia verdadeiramente substantiva e sólida”. M.T.

A Ministra da saúde, Nísia Trindade, enfatizou as expectativas em relação ao futuro museu e a importância do não esquecimento. No âmbito da saúde, mencionou a importância de retomar os cuidados com a operação com as memórias sensíveis. Parafraseando o sanitarista Sérgio Arouca (1986), destacou que “Saúde é democracia. E democracia é saúde”. Para ela, a saúde precisa estar mais próxima da cultura e, nesse sentido, mencionou o avanço e a proximidade dos diálogos entre os ministérios, pois, paralelo à construção do Museu da Democracia, está sendo construído o Museu da Pandemia, que funcionará no Centro Cultural da Saúde do Rio de Janeiro. Entendendo a pandemia como um trauma que foi alvo de negacionismo, destacou a importância de museus e memoriais para abordar o tema. Finalizou ressaltando que a atual gestão do governo federal está realizando uma política de memória transversal, articulando todo o governo brasileiro.

“O Museu da democracia é o espaço para que a sociedade brasileira possa discutir, “não esquecer”. [...] O não esquecer é muito importante. E ao lado dessa luta pelo não esquecimento, que é parte da memória, [fazer] uma construção positiva e afirmativa desse lugar da democracia e do que fazer com esse país chamado Brasil”. N.T.

O ministro das relações exteriores, Mauro Vieira, ressaltou a satisfação de receber o evento e a importância da diplomacia no processo de fortalecer o avanço da democracia no Brasil. Fez um breve panorama dos trabalhos desenvolvidos no Itamaraty e destacou a presença brasileira no Chile, na comemoração do 11 de setembro. Neste evento, o governo federal brasileiro enviou os ministros da Justiça, Flávio Dino, e o ministro dos Direitos Humanos, Silvano Almeida, que se posicionaram sobre a importância de termos um museu da memória no Brasil. Também falou sobre a importância da memória para a não repetição e enfatizou a importância do futuro museu:

“O futuro museu da democracia constituirá passos significativos nesse processo. Não somente contribuirá com nosso esforço diário de fortalecimento e consolidação das instituições e culturas democráticas, como demonstrará que o Brasil está atento aos compromissos internacionais. Não há democracia sem cidadania, nem cultura ou história.” M.V.

Para o encerramento da mesa, a Ministra da cultura, Margareth Menezes, agradeceu a todas as pessoas, autoridades e instituições envolvidas nessa energia de criação do Museu da democracia. Ressaltou a importância do trabalho transversal para enfrentar e responsabilizar adequadamente os crimes do dia 8 de janeiro. Enfatizou o papel da cultura como ferramenta pedagógica para a diversidade e, relatou as dificuldades da cultura no Brasil, em vista da depredação do patrimônio público observada no atentado à democracia do dia 8 de janeiro.

“O Ministério da cultura tem uma relação muito íntima com o tema, por que na cultura e na arte está o templo da ação democrática. Isso é tão real que sempre que a democracia está em ameaça, ou é suprimida, a liberdade artística está entre as primeiras vítimas. A democracia é um bem comum. E nós que sabemos o valor desse estado de existência e liberdade, temos que cultivada. Protegida e valorizada a cada momento, a cada geração”. M.M.

Destacou que o projeto do Museu da Democracia é um dos primeiros compromissos assumido pela sua gestão, como ministra, junto com o presidente Lula, a primeira-dama Janja e o secretário de cultura Márcio Tavares. De acordo com a ministra:

“O museu será um espaço de promoção da democracia e cultura, capaz de apresentar e contribuir com o entendimento sobre a história da democracia no Brasil e sobre diversos momentos em que os brasileiros se mobilizaram de implantar, defender e expandir a democracia no nosso país”. M.M.



Imagem 01: Mesa com autoridades na abertura oficial do Seminário.
Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.



Imagem 02: Ministros presentes na mesa de abertura, Ministra da Saúde, Nisia Trindade; Ministra da Cultura, Margareth Menezes, e, Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.
Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc.



Imagens 03: Da esquerda para direita: Daiara Tukano, Leandro Grass, Fernanda Castro, Margareth Menezes, Heloisa Starling, Nisia Trindade, Mauro Vieira, Márcio Tavares, Cecília Gomes de Sá.



Imagens 04 e 05: Performance da artista Daiara Tukano. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc

2.2. MESA 1 – DEMOCRACIA NO BRASIL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E SIGNIFICADO

Sinopse: A Democracia depende de instituições e de uma prática democrática: eleições, partidos políticos, constituição, parlamento, justiça. Ela se sustenta nas distinções e divisões entre os poderes – Legislativo, Executivo, Judiciário –, faz da igualdade de condições o grande motor de transformação da sociedade moderna e oferece transparência e visibilidade ao poder. Conhecer onde estão fincadas em nosso passado as raízes da liberdade e da democracia é parte de um legado que atua contra a solidão e a indiferença e fornece para o presente alguns dos temas que devem compor e interpelar nossa agenda democrática.

Mediação: **Márcio Tavares** (Secretário Executivo do Minc)

Participantes: **Miguel Lago** – Universidade Harvard; Sciences Po Paris

Heloísa Starling – Universidade Federal de Minas Gerais

Carolina Rocha Teixeira – Rede de Museologia Kilombola

Álvaro Ahumada San Martín – Museo de la Memoria y los Derechos Humanos do Chile

Daiara Tukano – Artista e mestre em direitos humanos

Lilia Schwarcz – historiadora e antropóloga. USP/Visiting Professor Princeton/ Curadora Adjunta MASP

O primeiro palestrante, o cientista político Miguel Lago, trouxe uma provocação sobre “onde está a democracia?” compartilhando uma preocupação sobre o movimento antidemocrático no mundo, ressaltando que um sistema eleitoral não garante a democracia, sozinho. Ao abordar a reunião da cúpula da demografia que reuniu a extrema direita do mundo em Budapeste, destacou a questão emergente das mudanças climáticas e do conflito entre as discussões da demografia (regulação da quantidade de pessoas no mundo) e da democracia no mundo.

Destacou as diferenças entre democracia e demografia, ressaltando peculiaridades da democracia Ateniense e o sistema eleitoral aristocrático. Para ele, o grande inimigo da democracia seria a demografia, sendo, portanto, importante inovar na democracia, visando uma ampliação do processo de escuta e participação ativa.

A segunda palestrante, e uma das curadoras do seminário, a historiadora e cientista política Heloísa Starling, trouxe uma apresentação sobre “Uma história da Democracia no Brasil”. Iniciou questionando a carência no Brasil de discussão sobre a democracia. Segundo ela, a democracia moderna no Brasil remonta ao final do século XVIII, materializando-se na Conjuração do Rio de Janeiro (1794), que defendeu que o poder não poderia ser privilégio de um indivíduo. Rememorou ainda a Conjuração Baiana (1798), que conseguiu expandir o princípio da igualdade na democracia, socializando o entendimento do que seria a democracia com linguagem popular. Enfatizou o papel fundamental da imprensa, entre 1820 e 1830, que fez com que o tema da democracia circulasse efetivamente as ruas.

A historiadora traz alguns trechos do Jornal Nova Luz Brasileira, do Rio de Janeiro, para abordar a discussão sobre a democracia no contexto da independência e como a construção da democracia nacional esteve historicamente marcada por um projeto centralizador e conservador da independência do país. Finaliza sua análise dessa trajetória apontando a importância da luta da população negra e dos abolicionistas da escravidão no Brasil, pondo destaque para a luta das mulheres abolicionistas, que nos ensinaram a declarar direitos, para que possamos assumir isso na proteção da democracia. Para ela:

“O museu tem que trazer esse conhecimento [da história da luta pela democracia], esse orgulho pra nós. E não existe democracia satisfeita consigo mesmo. [...] Democracia não é algo acabado, é um empreendimento contínuo, está sempre em movimento”. H.S.

A terceira conferencista, historiadora e museóloga, Carolina Rocha, apresentou o trabalho da Rede Museologia Kilombola, criada em 2019 por um grupo de estudantes negros marginalizados no ambiente acadêmico. Destacou a “falsa universalidade” dos atores presentes das universidades, cujo pensamento acadêmico majoritário é eurocêntrico, destacando que, entre as urgências do presente, está a importância de discutir as alteridades e diversidade dos povos que compõem a universidade pública hoje, no sentido de uma contra colonialidade do saber. Compartilhou sobre a motivação desse coletivo de acadêmicos, que são confrontados por novas violências no âmbito da formação e dos processos museológicos profissionais no Brasil, identificando uma migração da Academia para o ambiente profissional dos museus.

Questionando sobre qual seria o papel do Museu da democracia, ressaltou que o Brasil possui muitos traumas não tratados e um deles é a escravidão negra e indígena. Nesse sentido, o futuro Museu da democracia precisa servir para todos. Parafraseando o museólogo Mário Chagas, destacou que o museu precisa servir para a vida, do contrário não servirá para nada. Pontuou a importância de que esse museu seja criado respeitando as diretrizes norteadoras da política nacional do setor, de modo a cumprir os processos e protocolos legalmente instituídos dentro do campo da Museologia. Finalizou ressaltando que os museus são feitos de pessoas, e:

“Que a gente contra colonize os museus. Que a gente possa ter um novo olhar para essas instituições. Que essa instituição que está pautada nessa história colonizada, que ela seja destruída nesse olhar e nesse pensamento. E que quem reconstrua essa museologia seja esse demo, essa democracia, esse povo. Por que se democracia é sobre o poder do povo, que o povo tenha a escolha sobre a forma como ele quer guardar essa memória. Seja em museus, ou seja, em espaços que há muito tempo já preservam as memórias de outras formas. Que acima de referenciados, eles precisam ser reverenciados”. C.R.

O convidado internacional e quarto palestrante da mesa, Alberto Ahumada, apresentou o contexto de políticas públicas no Chile, que culminou com a criação do Museo de la Memoria y los derechos humanos do Chile. Ao compartilhar brevemente o contexto de rememoração dos 50 anos do golpe militar no Chile, enfatizou que o país tem se deparado com a necessidade de rediscutir os negacionismos da ditadura com o avanço da extrema direita no país, ressaltando que a memória também está em disputa.

Ao compartilhar a emblemática frase de que “Sem memória não há futuro”, destacou que a memória

precisa estar baseada em política públicas de Estado, e que, nesse sentido, a existência do MMDH só foi possível porque antes dele foram recuperados muitos sítios de memória e consciência nos antigos centros clandestinos de detenção da ditadura chilena. Pensando mais especificamente no caso do Museu da Democracia brasileira, ponderou sobre como se pode dar estabilidade a esse tipo de instituição museológica. Em sua análise, compartilhou a experiência do MMDH, que é institucionalizado no âmbito federal, dispondo de um fundo estatal, mas com uma gestão feita pela sociedade civil, composta por representantes de sítios de memória e organizações de direitos humanos do país.

Álvaro ponderou que, em que pesem os avanços no Chile, as violações aos direitos humanos voltaram a se repetir, como a violência policial em 2019. Isso porque, segundo ele, não estamos garantidos de que não haverá mais repressão e violação aos direitos humanos. A educação pode contribuir com esse movimento de preservar a democracia de maneira cotidiana, mas a consigna “nunca mais”, não está sujeita só às pessoas, está sendo atacada por setores que não querem que a democracia siga existindo.

A quinta palestrante foi a artista Daiara Tukano, que iniciou sua conferência ressaltando que memória é sentimento, pois carregamos no nosso corpo a memória do que vivemos, e que o estado da memória do Brasil pode ser comparado com o estado da saúde do nosso país, referenciado o esquecimento como uma doença, a doença do branco, que esquece das guerras, das lutas, das revoluções. Destacou que a democracia é um sonho contínuo, uma utopia, uma luta permanente, e que a história da democracia, e da luta pela democracia neste território que passou a ser chamado de Brasil, começa em 1500, porque a resistência dos povos originários frente às invasões a seus territórios, resultando na interrupção de suas liberdades e autonomias, marca a história da democracia nacional.

Considerando esse entendimento histórico, de que o Brasil não foi descoberto, porque já havia muitos povos que habitavam o território, defende que memória é um exercício de narrativas e disputas. E questiona: quem está considerando a história dos povos indígenas no Brasil como protagonistas da história? Nesse sentido, destaca a importância de, no Brasil, podermos contar nossa história, do modo como nós próprios sabemos contar, de maneira cada vez mais decolonial.

Finalizou sua participação ressaltando a importância da repatriação dos nossos objetos culturais e sagrados dos povos originais nos museus e gabinetes de países da América do Norte e da Europa, a exemplo do retorno do manto tupinambá para o Brasil. É desejosa de que as diferentes narrativas de tantos povos diferentes que fazem o Brasil possam ter acesso e a participação constante no processo de construção do Museu da Democracia, que aqueles que estão produzindo memórias e museologia dentro dos seus próprios territórios sejam envolvidos nesse processo.

A sexta e última palestrante, a historiadora e antropóloga Lilian Schwarcz, teve sua participação de modo remoto, com exibição de vídeo, em que compartilhou reflexões sobre as formas da democracia e a imaginação brasileira. Contextualizou seu entendimento sobre democracia, situando-a no âmbito do poder executivo, legislativo e judiciário, destacando que, no regime democrático, todos são iguais, dentro das suas diferenças.

Para acompanhar sua exposição, no contexto de estimular questões sobre a estética da democracia, com a imaginação sobre a democracia, compartilhou uma série de registros visuais de obras de arte da exposição “Brasil futuro: as formas da democracia”. A exposição foi inaugurada no dia 1 de janeiro de 2023, exibida no Museu da República de Brasília, com três eixos temáticos: retomar os símbolos nacionais; descolonizar; e todos nós.

Lilian exibiu uma seleção dessas obras, dentro de cada um destes eixos, ressaltando que a democracia é um projeto inconcluso e que nisto está o desafio e a beleza dela. Foi com esta consciência que a equipe de curadores reuniu mais de 200 obras de arte, interseccionando as produções de artistas que deram conta de: ativar a memória de símbolos alusivos à identidade nacional, como a bandeira nacional e outros elementos da nossa nacionalidade; apontar a importância de uma análise crítica sobre a decolonialidade no Brasil; além de um último eixo vinculado a apresentar a diversidade do povo brasileiro, com ênfase em representantes dos grupos historicamente marginalizados pela história nacional. Finalizou ressaltando a importância do entendimento coletivo da contínua inconclusão da democracia.

CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO

O público presente pode interagir com a mesa fazendo duas questões. A primeira interação questionou como podemos entender o negligenciamento histórico da presença das memórias negras na historiografia brasileira. Por que essa memória não tem sido preservada no país?

As respostas mencionaram questões vinculadas à discussão sobre a racialidade no Brasil. Carolina mencionou que uma das explicações para esse quadro de negligência é que as pessoas que majoritariamente escreveram e produziram historicamente no Brasil são pessoas brancas. E isso tem mudado quando outros grupos passaram a analisar fontes históricas diversas e escrever sobre o passado, que reverbera no presente. Heloísa ressaltou a importância do acesso aos documentos do passado, para compreender o presente e pensar para frente.

Mário ressaltou que a invasão e a escravidão são dois momentos históricos importantes da história nacional, e reforça o entendimento da Carolina, de ocupação representativa de quem está representando as instituições, enfatizando que os diversos espaços de poder precisam ser mais representativos e democráticos. Daiara defendeu que é preciso reconhecer a língua como algo fundante, que há termos que outros idiomas não conseguem compreender e traduzir, como as lógicas e visões do mundo de alguns povos, como os lanomamis, os Maoris, entre outros. Ela refletiu sobre a importância de reconhecer e valorizar nossa memória e nossas origens, honrando nossa história. Finalizou ressaltando que precisamos, no Brasil, criar muitas dinâmicas pedagógicas para enfrentar as violências históricas, elaborando nossa memória também a partir das feridas.

A segunda questão versou sobre como a memória pode operar para além do “nunca mais”, considerando que, em que pese termos avançado em toda América Latina em políticas públicas de memória, a extrema direita e as violações aos direitos humanos seguem ocorrendo em toda região latino-americana.

Álvaro respondeu que as políticas de memória são políticas, que dependem das forças sociais para seguir avançando e estão permeadas de disputas e pressões. E nesse sentido, ressaltou a importância das novas gerações e de que diferentes atores sociais estejam presentes nesse processo de ativação de memórias e de gerar pressão social sobre esta demanda.

Seminário Internacional

MEMÓRIA e DEMOCRACIA!



Imagens 06 e 07: Participantes da segunda mesa do seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc





Imagens 08, 09, 10 e 11: Público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc

2.3. Mesa 2 – Democracia para quem: uma nova agenda de direitos

Sinopse: Os direitos são a alma da democracia. O ato de declarar direitos aumenta o valor da aposta democrática – sustentados numa afirmação de auto evidência, a declaração tem efeito galvanizador. Direitos são convincentes porque ressoam dentro de cada um, incitam os excluídos a falar por si mesmos e a exigir reconhecimento igual. É impossível defini-los de uma vez por todas: seu horizonte de expectativas é amplo e está em movimento continuado porque os avanços no entendimento de quem têm direitos e do que são esses direitos se modifica constantemente. A revolução provocada pelo ato de declarar direitos nunca está satisfeita consigo mesmo; como a própria democracia, ela é um empreendimento contínuo.

Mediação: Mirela Araújo (IBRAM)

Participantes: Ynaê Lopes dos Santos. (Historiadora/UFF). *“Racismo no Brasil”*.

André Basbaum. (Jornalista. Diretor de conteúdo Grupo Bandeirantes).

“Desinformação e Democracia”

Édson Nóbrega. (Redes da Maré). *“Redes comunitárias, mobilização democrática e efetivação de direitos: o caso Museu a Céu Aberto da Maré”*.

Dulce Pandolfi (Socióloga. Universidade da Cidadania/UFRJ). *“Por que Democracia?”*

A primeira palestrante, a historiadora Ynaê Lopes dos Santos, apresentou um panorama do Racismo no Brasil, abrindo sua fala com um trecho do livro “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus sobre a “escravidão da fome”. Tratada como um testemunho de uma mulher negra em 1958, a palestrante nos convida a ingressar na discussão sobre a racialidade no Brasil, destacando que precisamos também entender a história do Brasil, a partir das pessoas negras.

Questiona sobre que democracia estamos falando, haja vista que ela convive, relativamente tranquila, com as desigualdades que a constituem. Ao retomar a ideia de que a democracia é inconclusa, discute que a democracia brasileira foi sendo ajustada evidenciando o mito da democracia racial, evocado no sentido de ressaltar a perspectiva de que os diferentes sujeitos saibam os lugares que devem ocupar. Destaca que o racismo brasileiro está presente em todas as grandes viradas da história do Brasil e que há 190 anos foi criada a imprensa negra, de modo que temos muitos sujeitos e espaços de memórias que precisam ser revisitados, para ampliar nossa ideia, experiência e o conceito de democracia no Brasil.

Finalizou apontando que memória é escolha e poder, de modo que isso explica quais memórias são destacadas e registradas na história nacional. E provoca: quais memórias nós acionaremos para construir a democracia que queremos? E no bojo da discussão, apontou:

“Nós temos um número de jovens negros que morrem por ano que são maiores que o número de mortos em países que estão em guerra. Nós temos o genocídio da população indígena que comove muito pouco. Então acho que o que nós precisamos

[...] é, por um lado, entender quais dispositivos fizeram com que a gente pudesse experimentar um regime democrático profundamente desigual e racista, para que a gente possa alargar o conceito de democracia. E fazer desse museu não só um museu, mas uma nova prática democrática”. Y.L.

O segundo palestrante foi o jornalista André Basbaum, que trouxe uma discussão sobre desinformação e democracia. Iniciou registrando que o seminário ocorre num momento histórico da memória nacional em que o Supremo Tribunal Federal julga os terroristas do atentado a democracia no dia 8 de janeiro.

Realiza um breve apanhado histórico dos atos que antecederam o ataque aos prédios dos três poderes e as principais respostas oficiais do Estado brasileiro ao atentado. Convida o público a pensar em como deixamos chegar até isso, a partir de uma análise sobre a desinformação, em que discute como o ex-presidente Jair Bolsonaro fez uso dessa estratégia ao longo de sua gestão presidencial e na última campanha eleitoral. Sobre o tema, registrou que a desinformação é uma estratégia muito utilizada pela extrema direita no mundo e que serve, entre outros, para desvirtuar a atenção do público em corrigir erros falados ou chocar com ações, para desfocar do assunto principal. Para ele, o jornalismo profissional seria o único meio para combater a desinformação.

O terceiro palestrante foi o historiador e sociólogo, Édson Nóbrega, que compartilhou a experiência das Redes comunitárias, mobilização democrática e efetivação de direitos: o caso do Museu a céu aberto da Maré. Iniciou afirmando que as histórias das lutas dos moradores de favelas e periferias não têm sido discutidas nos registros da história pública oficial, destacando que a memória é uma base importante para a democracia, fundamental para pensar justiça e igualdade.

Ao socializar a história do museu e sua articulação comunitária, apresentando as principais atividades e programas desenvolvidos no território, o conferencista destaca a importância da museologia social no trabalho desenvolvido e como as atividades estão relacionadas com questões sociais, raciais e culturais vividas pelos moradores do território do museu, o direito à cidade na sua integridade. Finalizou pontuando que:

“Não há democracia sem a incorporação das memórias de lutas por direitos, desenvolvidas pelos moradores de favelas e periferias, ao patrimônio cultural e histórico da nação!”. E.N.

A quarta e última palestrante da mesa, a historiadora e socióloga Dulce Pandolfi, finaliza a mesa com um questionamento contundente: por que democracia? Como estudiosa da memória e militante do campo dos direitos humanos, Dulce inicia sua apresentação repudiando a ditadura, regime no qual viveu e atuou no enfrentamento ao longo de sua juventude. Sua exposição remonta características e dimensões sociais da democracia, destacando a fragilidade dos direitos civis e a consolidação dos direitos políticos. Ao longo de sua exposição, reproduz muitos testemunhos orais de pessoas de movimentos sociais e destaca que, com essa escuta, aprendeu a valorizar ainda mais a democracia em suas várias dimensões, não apenas a dimensão política.

Ela apresenta vários exemplos da precariedade da democracia no Brasil, destacando a existência de dívidas históricas com as crises dos anos 1937, 1954, 1964, 2016 e 2023. Crises que têm reflexos nas dimensões da cidadania, sobretudo nos direitos civis e sociais, algumas delas trazidas a partir de testemunhos orais pela palestrante.

Menciona peculiaridades e debilidades da democracia brasileira, como a falta de mecanismos

de responsabilização no presente, apologias à tortura e a ditaduras, como homenagens a Ustra, torturador da ditadura de 1964. No bojo de ressaltar a ideia de um país pacífico, o Brasil segue anistiando crimes de lesa humanidade.

“Esse museu tem que contar as histórias, que a história não conta. Esse museu precisa ter menos Dom Pedro e mais Pedro pedreiro. Mais Dandara e menos princesa Isabel. Menos grito do Ipiranga e mais gritos dos excluídos, menos Bandeirantes e mais Povos Originários. Mais Bárbara de Alencar, mais Hipólita Jacinta, mais quilombos, mais Canudos, menos litoral e mais sertão. Mais Marielle, mais Amarildo, mais Rayoni, mais Herzog. Não se trata de contar uma história, mas contar muitas histórias. Contar exatamente as histórias das lutas pela resistência da democracia”.
D.P.

Finalizou apontando o peso do mito da democracia racial no Brasil, destacando a importância do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na luta pelo latifúndio no nosso país e enfatizou que o futuro Museu da Democracia precisa considerar que a memória não é somente passado, mas é presente e futuro e que o Estado brasileiro precisa romper com a incapacidade de julgar os graves crimes de direitos humanos. Fazendo uma conexão direta entre a anistia dos crimes de lesa humanidade no Brasil com os milhares de crimes que seguem sendo cometidos sob o guarda-chuva da impunidade, a palestrante cobra o fim da anistia aos criminosos da ditadura e aos criminosos do 8 de janeiro.

CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO

A primeira questão foi dirigida a André e convocou o palestrante a falar mais sobre a estratégia da desinformação para manipulação da atenção do grande público. O palestrante respondeu que esta é uma estratégia muito utilizada e recomendou que o público possa buscar mais informações sobre “infodemia”, utilizada para redirecionar e furar a bolha dos públicos. Citou alguns exemplos de fake News no Brasil e nos EUA para exemplificar essas estratégias de manipulação da comunicação e sua repercussão.

Na segunda questão dirigida a Dulce, foi-lhe pedido para ampliar sua exposição sobre o percurso tortuoso da democracia, ao que a conferencista respondeu que a democracia não pode ser pensada somente na dimensão política, precisa ser pensada em todas as dimensões, e que o museu vai precisar ter espaços para proliferar as vozes das pessoas violadas no contexto da democracia.

Na terceira questão foi pedido para que os palestrantes expusessem mais sobre o entendimento de que a luta abolicionista poderia ser lida como a gênese da democracia no Brasil, e também pediu comentários sobre os ataques contra a memorialização da chacina do Jacarezinho.

A quarta intervenção do público chamou a atenção para a educação nas instituições que defendem a cultura e o papel do Estado para garantir o direito a memória. Questiona a importância da educação, não apenas da comunicação, sobre a história.

Edson comentou que as violências do presente, como as chacinas, são heranças diretas das violências da ditadura militar e porque ao longo das décadas temos naturalizado os massacres

localizados em bairros periféricos. Ianê questiona o porquê de algumas violências serem mais importantes que outras. Nesse sentido, defende que a educação tem um papel fundamental para dirimir a desinformação e tensionar o tema nos diversos espaços. Que a questão negra e indígena seja um pilar do futuro Museu da democracia! André afirmou que, em sua exposição, esqueceu de agregar que, além da comunicação, a educação é fundamental para formar a consciência dos cidadãos, e que será um grande desafio do futuro museu, desnaturalizar a violência no Brasil.

Na quinta intervenção, foi questionada a fragilidade brasileira de enfrentar seus traumas e convocaram-se os conferencistas a abordarem estratégias de como podemos, no Brasil, operar para além dos traumas, nas instituições museológicas e culturais. Como transmitir e ativar o compromisso cidadão com a defesa da democracia continuamente?

Dulce evocou que precisamos retomar as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, abandonados desde a deposição da presidenta Dilma, e que os traumas precisam ser vividos. Em que pesem as várias iniciativas em todo Brasil que ativam memórias em prol da cidadania, dos direitos humanos, é preciso uma política pública que tem um peso orgânico nessa construção da defesa da democracia.



Imagem 12 e 13: Mesa 2: Democracia para quem? Uma nova agenda de Direitos. Foto: Filipe Araújo/Minc e Víctor Vecone/Minc





Imagens 14 e 15: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc

2.4. MESA 3 – NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM ARTE

Sinopse: Foi na imaginação cultural que o Brasil se reconheceu e, de certo modo, se estabilizou enquanto uma comunidade imaginada. A canção popular, as artes visuais, o teatro e a literatura são instâncias fundamentais da comunidade imaginada: dão voz a ideias, valores, sentimentos acerca da condição de ser brasileiro. As nações são imaginadas e se distinguem pelo estilo em que são imaginadas. Mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada – vai ser preciso conhecer o Brasil e se aproximar dos parâmetros democratizantes efetivamente integradores produzidos pela cultura.

Identificação dos participantes e resumo dos temas centrais de cada fala

Mediação: Leandro Grass (Presidente do IPHAN)

Participantes: Andréa de Araújo Nogueira. (Centro de Pesquisa e Formação. SESCSP. São Paulo)

Roberto Andrés. (Arquiteto e Urbanista/UFGM). *“Vida democrática e expansão da agenda de direitos”*.

Márcia Kambeba. (Poeta e Geógrafa/UEPA). *“A Democracia é o sonho do outro: Literatura, território, ancestralidade”*.

Zélia Duncan. (Compositora/Cantora). *“Não há democracia sem canções: poesia, música, voz”*.

A primeira palestrante foi a geógrafa Márcia Kambeba, que trouxe a discussão sobre “A Democracia é o sonho do outro: literatura, território, ancestralidade”. Iniciou sua apresentação fazendo uma intervenção artística, entoando um canto seguido por sua explicação da importância do maracá para o povo indígena. De acordo com ela, o maracá funciona como elo entre o mundo físico e o mundo espiritual, abrindo conexões para a cura. Questionou o uso do termo “performance” para se referir a apresentações artísticas das pessoas indígenas. Segundo a palestrante, o que as pessoas indígenas fazem quando se apresentam é o que os seus povos são, não é somente uma apresentação artística, é uma apresentação do que são.

Sobre o entendimento de democracia, destacou que, para ela, é se ver no outro, e o outro ser recíproco, numa convivência harmoniosa com a natureza. Argumentou que, na história dos povos indígenas no Brasil, foi preciso silenciar para poder resistir, e que os povos esperaram as coisas acalmarem para poder recuperar os territórios. E nesse processo de recuperação, espera que o Museu da Democracia seja um lugar vivo, para conectar as multivozes a falar sobre suas necessidades.

A segunda palestrante foi a economista Lívia Baião, que compartilhou a experiência do Museu virtual RioMemórias, um ponto de memória localizado na cidade do Rio de Janeiro, mas sem sede fixa. De acordo com Lívia, o equipamento cultural virtual dispõe de mais de 350 mil visitantes no site. Ela apresentou algumas das galerias de memórias, projetos de oficinas e percursos históricos pela cidade do Rio de Janeiro. Destacou a importância de que o futuro Museu da democracia tenha uma forte presença virtual, de que seja um espaço para além das quatro paredes físicas, pois precisa atingir o Brasil inteiro. O museu precisa ir onde o povo está, com exposições itinerantes e

sua criação, de acordo com ela, é urgente.

O terceiro palestrante foi o arquiteto Roberto André, que compartilhou uma exposição sobre “Vida democrática e expansão da agenda de direitos”. Iniciou sua conferência falando sobre a importância da Serra do Curral, patrimônio tombado pelo IPHAN em Minas Gerais. Apresentou brevemente o bem e as disputas políticas em torno da proteção dos nossos bens culturais.

A partir de uma caminhada por compositores brasileiros, como Adoniran Barbosa e Elis Regina, o conferencista apresentou uma discussão sobre a segregação de ocupação do território nas grandes cidades, as desigualdades geradas por esses deslocamentos, a precariedade do transporte público e circulação das cidades. Nesse sentido, destacou que no Brasil temos uma democracia precária e com muitos traços autoritários.

A última palestrante foi a cantora e compositora Zélia Duncan, que defendeu que “Não há democracia sem canções: poesia, música, voz”. Iniciou sua apresentação comentando sobre a importância de nos posicionarmos em defesa da democracia. Após explicar o contexto de seu novo álbum “Sete mulheres pela independência do Brasil”, produzido a partir de uma investigação histórica que recupera e valoriza a história de mulheres importantes para a história da independência brasileira, ela defendeu que a arte precisa ser diversa. Para ela, a arte sem ser diversa não cumpre sua função, e ajuda a fortalecer o respeito a diversidade. Nesse sentido, afirma que os retrocessos que vivemos no Brasil nos últimos anos são reflexo da violência em que temos convivido desde a invasão colonial. Como artista, explicou que depende do público, que sem o desfrute do público, ela, enquanto artista, não existe, mas, no contexto que vivemos, está mais interessada em ser cidadã e contribuir com algo maior em defesa da democracia do que se omitir por medo de perder fãs.

Finalizou sua intervenção defendendo a importância da valorização da arte, como caminho para cura, para nos mobilizar e levar a outro lugar. Leu o poema “Vida em branco” e finalizou abordando sobre a canção popular como elemento da identidade nacional, que marca gerações e une os tempos. Para ela:

“A canção será sempre uma herança, que deixamos todo dia para um presente mais palatável e um futuro mais possível. [...] A canção está para o Brasil, como a democracia precisa estar para o povo”. Z.D.

CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO

Na interação do público, uma participante ponderou sobre a importância de o futuro Museu da democracia refletir com sabedoria sobre o acervo que será constituído. Ela citou o exemplo da democratização das memórias do Museu da Pessoa, onde todo participante pode ter importância destacada, tal qual a Mona Lisa no Museu do Louvre. Os palestrantes fizeram os agradecimentos finais e a mesa foi encerrada.



Imagem 16: Mesa 3: Não há Democracia sem arte. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc

Seminário Internacional

MEMÓRIA e DEMOCRACIA!



Imagem 17: Participantes da mesa 3: Não há Democracia sem arte e, curadoras do seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc





Imagens 18 e 19: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc





rio Internacional



*Seminário Internacional***MEMÓRIA e
DEMOCRACIA!**

Imagens 20 a 23: Performance poética. Democracia em verso e glosa. Com Luna Vitrolira e as glosadoras do sertão do Pajeú. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc

2.5. MESA 4 – CONSTRUINDO O MUSEU DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Sinopse: Democracia significa pluralidade e inclusão. Como construir um acervo que contemple esses dois princípios? E se a democracia está sempre em movimento, quais são os procedimentos e a agenda que precisamos criar? Por exemplo: exposições temáticas; criação de material de mídia para uso em escolas, como podcasts e vídeos-aula; recursos de apropriação, interpretação e reelaboração desses conteúdos por estudantes, professores e pelo público em geral; criação de agenda de debates locais com projetos sociais, organizações e movimentos da sociedade.

Mediação: Débora Santos (Museóloga/UnB)

Participantes: Gringo Cardia. (Spectaculu Escola de Arte e Tecnologia. Rio de Janeiro)

Suzenilson da Silva Santos. (Pontos de Cultura & Memória: Museu Indígena Kanindé. Aratuba/Ceará)

Lívia Baião. (Museu RioMemórias. Rio de Janeiro)

Alane Maria Silva de Lima (Memorial das Ligas e Lutas Camponesas / Paraíba)

A primeira palestrante foi a historiadora Andréa Nogueira, que trouxe algumas experiências do SESC São Paulo, como agente do grande processo de fortalecimento da democracia a partir da cultura. Nesse sentido, colocou o SESC São Paulo à disposição para contribuir com o novo Museu da Democracia e contribuir com uma futura exposição itinerante no Brasil. E retomou falas importantes do seminário “Como renasce a democracia” feito pelo SESC em julho de 2023.

Destacou a importância de fazer museu de modo contemporâneo, com a pluralidade de atores sociais e saberes, sem negar as disputas, esquecimentos históricos, negacionismo e o descrédito ao outro, enfrentando os conflitos e negociações, promovendo uma elaboração em defesa da promoção da cidadania plena, a partir da cultura e das artes. No contexto

“O que protege a democracia é a nossa capacidade de mobilização em sua defesa. [...] O que comemorar e quando comemorar? O que é preciso recordar para trazer de volta ao coração esses sentimentos? [...] Oxalá que o museu venha para comemorar, recordar, refletir, configurar uma lição no indicativo da utopia de aquisição de uma sociedade mais respeitosa, mais igualitária e mais digna. E lembrando Carlos Drummond, a chave está conosco” A.N.

O segundo palestrante foi o arquiteto e designer Gringo Cardia, que trouxe a experiência da organização Spectaculu Escola de Arte e Tecnologia. Na exposição, destacou a importância da inovação, de não repetir coisas e experiências nos museus, pois as pessoas estão sempre querendo coisas novas. Destacou a importância da emoção no contexto da conexão com o público e das tecnologias para o diálogo com as novas gerações. Citou a dificuldade do público para realizar leituras em museus, e trazendo o exemplo do trabalho de curadoria que realizou no Museu da cidade da música na Bahia, destacou a importância do som, da voz, nas exposições.

Mencionou que os museus são feitos para as cidades, mas podem ser incorporados pelo turismo posteriormente. E que as diferentes artes feitas nas favelas, nas cidades, no campo, nas artes das ancestralidades negras e indígenas, precisam ser valorizadas tanto quanto os artistas consagrados.

Exibiu uma série de imagens de obras de artistas nacionais na tentativa de retratar a diversidade visual de grupos sociais marginalizados e de seus olhares. E defendeu que o futuro Museu da Democracia precisa ser muito grande, aos moldes do Museu do Inhotim, contando histórias diferentes ligadas a mulheres, negros, indígenas, LGBTQI++, entre outros temas, organizados como pavilhões.

Questiona o uso do termo museu para o projeto, entendendo que o Museu da democracia precise fugir da regra de um museu tradicional. Pois, segundo ele, o jovem gosta de espetáculo. Então isso é necessário para o museu ser vivo. E que o papel do historiador e do arquiteto, nesse processo de construção do museu, precisa ser o de conduzir, porque as histórias precisam ser contadas pelos diversos grupos sociais do Brasil.

O terceiro palestrante foi o historiador Suzenilson da Silva Santos, indígena do povo Kanindé, que apresentou a experiência “Pontos de Cultura & Memória: Museu Indígena Kanindé. Aratuba/Ceará”. Iniciou sua exposição abordando a tradição do silenciamento, construído como uma estratégia de sobrevivência, pois por muito tempo na sua aldeia vigorou a memória de que “branco mata índio”. Portanto, ao sair da aldeia, a indicação era manter silêncio sobre o fato de ser indígena.

Apresentou a história de criação do museu, iniciado em 1995, pelo Cacique Sotero, e, ao longo da exposição, apresentou as categorias próprias da museologia indígena, no caso específico da experiência exposta. Trouxe uma lição sobre a importância do respeito a diversidade dos saberes das diversas museologias que são feitas ao longo do Brasil.

Compartilhou sobre as categorias organizativas do acervo são classificadas em: coisas dos índios, dos bichos e das matas, sua estrutura, alguns projetos e como o desenvolvimento do museu tem contribuído com toda a comunidade. Os educadores são chamados de “guardiões da memória” e sua primeira geração foram as crianças da comunidade, que, no processo de crescimento deles mesmos e do museu, foram se qualificando sobre como preservar e ativar as memórias ali salvaguardadas. Nesse sentido, destacou a importância de Antônia Kanindé, indígena que foi para a Bahia se formar em Museologia e retornou à comunidade para socializar os novos saberes adquiridos. Outros indígenas Kanindé têm se formado em áreas congêneres, para fortalecer o trabalho desenvolvido.

Para o Museu da democracia, Suzenilson destacou que é necessário envolver na sua concepção outros personagens nesse processo, como as redes de museologia social, museologia indígena, quilombola, LGBT, além das redes temáticas, entre outros grupos que preservam memórias de modos diferentes ao longo do país.

“Se estamos pensando em construir um processo democrático, coletivo e colaborativo entre nós, temos que envolver outros personagens nesse meio, parentes e processos museais. [...] Acredito que este será um museu voltado para as lutas, para as reivindicações, um lugar de diálogo permanente. [...] Eu diria que um museu da democracia que não servir para o povo, ele não servirá para nada” S,K.

Finaliza compartilhando uma sabedoria do povo Kanindé, nas falas do cacique Cícero Sotero, que diz que o museu é vida, que eles gostam do museu, do mesmo modo que gostam os pais, por que tudo ali é um retrato do que são, da ancestralidade. Nesse espírito, encerra, convocando o público a que juntos, possamos construir o Museu das Democracias, no plural.

A última conferencista foi a pedagoga Alane Lima, camponesa que trouxe uma socialização sobre a experiência do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Iniciou sua fala recitando a poesia de Pedro Munoz “Quando matam um sem-terra”.

Alane compartilhou sobre a importância da luta pela reforma agrária no Brasil, no contexto da discussão sobre a democracia. Ela apresentou a criação, missão e projetos desenvolvidos no Memorial, que foi criado por camponeses e camponesas, no interior da Paraíba, em 2006. O museu comunitário, reconhecido como um Sítio de memória e consciência, é organizado e mantido por voluntários camponeses. Atuando com três pilares: direito à memória, acesso à terra e ao território e o direito à educação contextualizada.

Apresentou alguns dos exemplos de memorialização e ações continuadas de fortalecimento da identidade camponesa, além dos principais avanços de qualificação museológica e patrimonial, desenvolvidos de maneira participativa e coletiva, com base na Museologia social e na Museologia de memórias traumáticas. Encerrou defendendo que o futuro Museu da Democracia precisa considerar a diversidade dos povos que efetivamente fazem a democracia no Brasil.

“É preciso haver democratização de terras, para haver democracia. Porque sem-terra, não há democracia. Sem o povo camponês produzir alimento de qualidade, não há

democracia. [...] A gente não faz história se não houver camponesas, camponeses, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+, não existe democracia sem esse povo. Sem nós! [...] O museu da democracia não pode ser somente pelo povo, mas também com o povo” A.L.

CONSIDERAÇÕES DO PÚBLICO

As questões foram agrupadas em bloco. A primeira intervenção foi dirigida ao Grindo Cardia, sobre as práticas de designer participativos, que não se centre na figura do curador e do designer, considerando a importância da inclusão de outros atores sociais. Sobre as contrapartidas ao público explorado na construção dos equipamentos, traz uma crítica sobre a verticalização da tomada de decisão nas exposições.

A segunda questão foi para a mesa, questionando sobre a gratuidade dos museus ali apresentados. A terceira questão provocou os palestrantes a abordar sobre a promoção do uso social da memória, nas imaginações museais. Nesse sentido, o que os memoriais entendem como condição social e política do futuro museu da democracia.

Suzenilson iniciou as respostas afirmando que o museu é gratuito. E ressaltou com profusão a importância do uso do nós na construção dos museus, não do eu, ou tu, mas nós, no coletivo. Gringo relatou que, na experiência do Museu da música, o processo de curadoria mudou quando se iniciou a escuta à população. Sobre o museu, disse que há gratuidade de um dia e que é um museu da prefeitura. Defendeu a importância da pluralidade de profissionais na equipe de criação de um museu.

Alane defendeu que as instituições culturais de memória não podem se esquivar dos enfrentamentos necessários para o fortalecimento das lutas. E ressaltando que o acesso ao memorial é gratuito, sugeriu que, para o fortalecimento da democracia, o acesso aos lugares de memória deve ser gratuito. Andréa finalizou ressaltando que o SESC não é um museu, mas um conjunto de equipamentos culturais, cujo acesso é gratuito, e que, nas suas ações, ativa as forças e histórias diversas de grupos sociais. É essa pulsão de vida que a cultura traz, segundo ela, que se deseja para o futuro Museu da Democracia.



Imagem 24 e 25: Mesa 4: Construindo o Museu da Democracia Brasileira.
Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc



Imagem 26: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc



Imagem 27: Registros do público presente no seminário. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc

ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO

O encerramento do seminário foi feito por uma de suas curadoras, a historiadora da UFMG Heloísa Starling, que destacou a importância do encontro, entre convergências e divergências dos pensamentos dos palestrantes e público, para pensar na democracia, tema que será tratado no futuro Museu da democracia. Destacou que no seminário está o alicerce do futuro museu e que o próximo passo é pensar como ouvir as vozes e levar essas vozes para as escolas. Para ela, a síntese do seminário rumo aos próximos passos do museu é: “Recolher vozes e construir ferramentas de cultura democrática, principalmente pensando nas escolas”.



Imagem 28: Encerramento do seminário pela curadora Heloísa Starling (UFMG). Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc



3. APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E AUDIOVISUAIS

- Exibição de um **vídeo documentário** inédito sobre a chegada do Presidente Lula no Palácio no dia do ataque à democracia no dia 8 de janeiro, no Palácio do Planalto. Imagens e edição de Ricardo Stuckert.

- **Daiara Tukano – artista visual**

A apresentação artística de Daiara Tukano foi conduzida por histórias sagradas de seu povo, acompanhada pelo toque do maracá. Na proposta, a artista nos provocou a pensar sobre a importância da memória para a identidade do povo brasileiro.

- **Glosadoras Mulheres do Repente do Sertão do Pajeú**

Performance poética sobre a democracia em verso e glosa. A artista Luna Vitrolina abriu a atividade, explicando como funciona o sistema de rima em prosa de improviso e explicou o surgimento da manifestação. Então convocou as glosadoras (Francisca Araújo, Daiane Rocha, Elenilda Amaral, Erivoneide Amaral, Taynara Queiroz e Milene Augusto) para se apresentarem a partir de cada mote, com uma criação feita no instante da descoberta do tema.

O primeiro mote foi “Para haver democracia é preciso liberdade”, e o segundo mote foi “Quem depois se arrependeu, sabe bem em quem votou”. De acordo com Luna, o repente se processa primeiro pelo entendimento mental do mote, depois decorar a ponte e finalmente mediar mentalmente como será feita a apresentação. São três passos fundamentais: construir, decorar e apresentar. Entre um mote e outro, a mediadora declamou poemas.

- **Apresentação musical: “Sete mulheres pela independência no Brasil”**, com Zélia Duncan e Ana Costa. Musicistas: Geiza Carvalho, Jessica Zarpey e Gisele Sorriso.

O show foi dedicado à valorização de sete mulheres que romperam a cena doméstica no período da independência do Brasil e tiveram voz neste momento político, cujas memórias foram apagadas da história nacional. As composições originais foram feitas a partir de documentos e pesquisas históricas sobre a vida e obra dessas mulheres.

4. CONSIDERAÇÕES DA RELATORIA

O seminário foi o primeiro momento público, após o anúncio da intenção de criação do Museu da Democracia, de apresentação oficial deste equipamento cultural pelo Governo brasileiro. O projeto que está sendo gestado pelo Ministério da Cultura e autarquias, a saber, o Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Os profissionais dessas instituições têm se reunido para tornar esse desejo, anunciado pela Ministra da Cultura, Margareth Menezes, como resposta imediata ao atentado à democracia, ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023.

O seminário foi planejado e organizado por meio de uma parceria entre a Subsecretaria de Equipamentos e Espaços Culturais do MinC e a Universidade Federal de Minas Gerais. Foi um encontro de dois dias, com cinco mesas de discussão, que reuniram especialistas e interessados em saber mais sobre esse projeto. Nas páginas anteriores foi possível ler um breve resumo das conferências e da participação do público presente, com destaque de algumas falas no sentido de ressaltar os temas centrais: memória, democracia e o futuro museu. O recorte proposto pelo seminário, ativado pela maioria significativa das falas como sendo o alicerce, o primeiro momento, a primeira etapa de criação desse museu foi acertada ao evocar uma discussão sobre memória e democracia.

No bojo das discussões sobre memória, muitas participações, da mesa e do público, mencionaram que sem memória não há democracia. Acompanhado desta máxima, protagonizou-se a questão: quem está registrando e preservando a memória coletiva no Brasil? Quais memórias estão sendo evocadas e quais seguem sendo historicamente silenciadas e manipuladas em prol de um esquecimento induzido?

A discussão sobre memória não pode mais ser confundida com a discussão sobre a história. São dimensões diferentes: uma está no âmbito da recordação mnemônica; e a outra, num processo de seleção e análise de diversas fontes de registros de memória.

O excesso de historiadores do encontro demonstrou uma preocupação ativa em, neste primeiro momento, discutir qual dimensão da democracia, historicamente, será discutida no futuro museu. E o resultado foi uma multiplicidade de vozes, de profissionais de outras áreas, além dos historiadores, que estavam preocupados com que se realize uma ampliação do conceito de democracia. A historiadora e socióloga Dulce Pandolfi foi cirúrgica ao condensar, em sua fala, que o futuro museu precisa contemplar as diversas dimensões da democracia, não somente a política, ampliando esse escopo temático para incluir a dimensão social e cultural.

Nas discussões sobre fortalezas, fragilidades e peculiaridades da democracia brasileira, uma cobrança latente para análises decoloniais foi sumariamente aplaudida pelo público presente. A artista visual e mestra em Direitos Humanos Daiara Tukano foi categórica ao defender que a história do Brasil começa com a resistência dos povos originários, que desde sempre resistiram e lutaram por liberdade e igualdade neste território. A história feita e escrita por indígenas e negros no Brasil, precisa ser mais valorizada pela memória pública oficial. Temos violências que se ressignificam no país. Vejamos a luta dos abolicionistas que marcou uma época e foi fundamental

para o fim da escravidão. Temos, lamentavelmente, diversas instituições de memória que violam o registro adequado dessa memória e de seus principais agentes. Hoje, como nos trouxe a historiadora Ynaê Lopes, parafraseando Carolina Maria de Jesus, temos que lutar contra novas formas de escravidão, como a escravidão da fome. Mas ainda temos dificuldade de lidar com as histórias da escravidão negra e indígena e, a cadeia de novas violências estruturais que isso gerou.

A decolonialização do pensamento brasileiro precisa também ocupar os processos museais, o modo como criamos, montamos e fazemos museus. Não apenas a escrita da história, seja nas salas de aulas, nos artigos e livros.

Certamente entender a história da democracia no mundo e suas primeiras discussões teóricas é importante, mas fundamental mesmo é entender por que chegamos até aqui, desse jeito: convivendo harmoniosamente com tantas desigualdades e naturalizando distintas violências e impunidades.

Sobre o futuro museu, os desejos são variados, com muitas convergências e alguns divergências. Mas antes de expor algumas observações sobre o tema, gostaria de retomar a fala do convidado internacional, o senhor Alvaro Alhumada, que tocou em um tema delicado e que compartilho em meus escritos acadêmicos: a memória, sozinha, não garante o nunca mais.



Imagem 29: Cuia de mate com o registro "Nunca Mais" com quadro de fotos de desaparecidos políticos argentinos ao fundo. Foto: Ana Paula Brito. Acervo pessoal.

Ao compartilhar a exitosa experiência chilena de preservar antigos centros de detenção da ditadura e transformá-los em Sítios de Memória e Consciência – o primeiro deles foi criado em 1999, chamado *CORPORACIÓN PARQUE POR LA PAZ VILLA GRIMALDI*² –, o Chile criou um museu nacional da memória que promove atividades na capital e em todas as regiões do país, ativando cotidianamente as memórias do passado traumático, em prol da valorização e do respeito aos direitos humanos.



Imagens 30 e 31: Corporación Villa Grimaldi e, Museo de la Memoria y los Derechos Humanos do Chile. Foto: Ana Paula Brito. Acervo pessoal.

² Saiba mais sobre esse processo e outros do Cone Sul na tese: Quando o cárcere se transforma em museus, de Ana Paula Brito, no repositório de teses da PUC-SP, 2019.



Apesar desse importante avanço de preservação e ativação memorial, a memória não foi suficiente para impedir que novas violações massivas de direitos humanos voltassem a ocorrer no país. O palestrante se referiu à violência estatal promovida pelo Estado em 2019, que deixou centenas de cidadãos cegos ou com graves sequelas visuais nas manifestações públicas.

Durante a primeira mesa, o secretário executivo da cultura, Marcio Tavares, destacou o interesse de que seja firmada uma colaboração entre o Brasil e o Chile, com o Museu da Memória e dos Direitos Humanos, para uma parceria visando o fortalecimento do projeto do Museu da

Democracia brasileira. Mas destaco, aqui, que o Chile já ingressa nessa parceria compartilhando uma lição deveras significativa de que não devemos menosprezar no bojo do planejamento deste museu: a memória sozinha, não garante o nunca mais.

O futuro museu, anunciado como resposta imediata ao 8 de janeiro, não será capaz, sozinho, de garantir que novos atentados à democracia não voltem a acontecer no Brasil. Ele será uma ferramenta importante para a ativação das muitas memórias traumáticas que temos ao longo da história do Brasil, nas lutas pela democracia. Mas é preciso uma política pública de Estado consistente, que atravesse governos de tuno, em prol de uma mobilização contínua sobre o tema. Sejam os esperançosos, com a esperança freiriana, que não espera, mas que age, e passemos às considerações aventadas sobre o futuro museu:

A diretora de processos museais do IBRAM, Mirela Araújo, durante a mediação da segunda mesa, ressaltou: “Nos falta muita escuta ainda. E quando eu penso no Museu da Democracia, eu penso que ele só será democrático se ele nascer de uma escuta, de uma concepção e de uma curadoria que é coletiva e participativa. Essa é a função dele”. Essa foi uma demanda uníssona em todas as mesas. Em cada composição, algum palestrante destacou a necessidade de que esse processo seja coletivo e participativo. E, atenção, essas são coisas diferentes: incluir diferentes atores e grupos sociais num processo participativo e de escuta não é o mesmo que incluir essa diversidade num processo coletivo de construção.

A museologia brasileira tem se destacado na produção internacional de práticas museológicas coletivas, protagonizada pelas demandas próprias da museologia social, mas também da Sociomuseologia, da Museologia Indígena, da Museologia quilombola, da Museologia de memórias traumáticas, da Museologia LGBTQIA+, entre muitas outras expressões contemporâneas de fazer museu.

A tônica: curador + pesquisadores de conteúdo + museógrafo/designer, e só depois educadores, envelheceu mal e não tem sido bem recebida no fazer museal brasileiro na última década. Há muitas explicações para essa transformação, listarei apenas duas: há uma diversidade considerável de novos fazeres museais feitos por grupos que têm criado outras formas de preservar, comunicar e ressignificar memórias nos quatro cantos do país; e os intelectuais brasileiros têm paulatinamente decolonizado suas práticas, o que inclui uma “desouperização” do fazer museus.

Ano passado, durante conferência no Museu Nacional de Antropologia no México, no contexto de um seminário do Ibermuseos, afirmei que: “Os museus não são mais lugares exclusivos para pessoas que usam linho branco, colar de pérolas e perfume francês”. Durante a fala, fui ao centro do palco e tirei a camisa de linho que usava e deixei à mostra uma camisa de chita amarela florida. Troquei o colar de pérolas posto e incorporei um colar de bolas de tecido igualmente floridos. Soltei meus cabelos, antes presos, amarrados e apertados por uma liga escura e discreta, deixando a solta os cachos livres para se armarem abertamente. Esta performance é reflexo de uma ocupação e ressignificação do brasileiro com o mundo dos museus.

Mas no mundo todo, o pensamento sobre museus também tem sido transformado. Na última conferência mundial do ICOM, profissionais de todos os continentes se reuniram para aprovar um conceito mais amplo e dinâmico sobre como deve ser entendido um museu. Nos bastidores da votação, realizada na cidade de Praga, e também na mesa prévia à votação, pudemos assistir à celebração do avanço mundial na mudança do entendimento. Mas também a ponderação de que ainda virão mais mudanças desta definição amplamente discutida.

O Brasil está atento a essas demandas e mudanças. O tema da repatriação dos bens culturais teve espaço nas discussões do nosso seminário “Memória e democracia”. E agora passo a incorporar o termo nosso, reafirmando o que nos trouxe o historiador indígena Suzenilson Kanindé (2023):

Se nós queremos construir um museu da democracia, então nós temos que ter a participação social e democrática nesse processo. Foi por isso, não sei se vocês perceberam que em toda a minha fala eu não falei “eu”, nem “ele”, nem “tu”, eu falei nós! Então se é nós, é responsabilidade nossa de criar os nossos próprios processos em busca da liberdade.

No processo incorporado de nós, é preciso, quizá, ampliar o entendimento de escuta. Não uma escuta como uma coleta de opiniões e ideias, mas um processo ativo de envolvimento de diversos agentes e saberes.

A museóloga e mediadora da mesa de encerramento, Débora Santos, destacou que “essa escuta é na verdade o que significa o começo da construção desse museu”, enfatizando que esse processo precisa ser decolonial, incluindo nele a diversidade do corpo técnico de construção que vai criar e compor esse museu. Para ela, e aqui cabe dizer, para nós, não há condições de pensar esse museu em sua diversidade, sem a diversidade na equipe de composição, reconhecendo a diversidade das formas do fazer museal.

Vimos, durante o encontro, diversas experiências de musealização, que possuem linguagens próprias. No Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, eles estavam desenvolvendo um diagnóstico institucional para o plano museológico, com um nome de planejamento. No Kanindé, eles estavam organizando uma exposição de modo caleidoscópico, mas, na linguagem do cacique, era uma organização entre objetos dos índios, dos bichos e da mata. Respeitar a diversidade é não somente valorizar os saberes próprios de cada uma dessas experiências, mas também, e sobretudo, aprender com elas. E todas as experiências de museologias sociais que foram apresentadas no seminário nos ensinaram uma coisa, parafraseando o Emicida: “Tudo que nós tem é nós”. Então, negritando esse **nós**, vamos construir um museu polifônico, plural e que serve para o povo e para a vida? Para isso, o saber técnico não pode solapar os saberes práticos. O processo cirúrgico que precisamos fazer, não pode ser de um cirurgião que pede a equipe de enfermagem os instrumentos para uma operação. O que precisamos tratar é imaterial e tem raízes profundas.

A aposta é por um movimento de amplie o processo de cura social, para proteção da democracia, a fim de que possamos paulatinamente construir processos de tratamentos contínuos para o reequilíbrio e equidade da democracia brasileira.



Imagem 32: Relatora do seminário, Ana Paula Brito, em interação com mesa. Foto: Filipe Araújo/Minc e Victor Vecone/Minc

4.1. IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

1

NUNCA MAIS - Foi reincidentemente destacada a importância da preservação da memória para o nunca mais. De modo que o museu precisará refletir como essa ideia do nunca mais pode ser operada para não responsabilizar apenas a memória no compromisso de evitar novos ataques antidemocráticos no país;

2

DIVERSIDADE DE POSSIBILIDADES DE FAZER MUSEUS

- Inclusão de diversos grupos, com equilíbrio entre a base conceitual da museologia tradicional, sem deixar de incluir as reflexões teóricas e práticas das museologias contemporâneas executadas no Brasil. Muitas foram as vozes que cobraram esse posicionamento para o GT, de que o Museu da democracia sem diversidade de atores sociais envolvidos em seu processo e composição não cumpre sua função.

3

AMPLIAÇÃO TEMÁTICA - que o museu não se restrinja ao tema do 8 de janeiro, nem a democracia somente em sua dimensão política. Que as diversas dimensões da democracia, incluindo a social e a cultural sejam contempladas, haja vista os percursos e existência de mais de 600 anos de história de lutas pela democracia no Brasil.

4

NÃO SE LIMITAR AS QUATRO PAREDES FÍSICAS

- diversos palestrantes mencionaram a riqueza de realizar um processo de escuta ativa em diversas regiões do país no processo de criação do museu, bem como na itinerância de suas exposições e atividades, uma vez implantado. Alane Lima sugeriu que, em todos os equipamentos culturais que promovam a democracia no Brasil, seja instalada uma placa escrita "Aqui também é um museu da democracia". E Lívia Baião e Andréa Santos, reiteraram a importância de realizar exposições itinerantes, de pequeno e grande porte nas regiões do país. Nesse contexto de ampliação e parcerias, também foi sugerido que o tema de democracia seja proposto para a Olimpíada Nacional de história e também sugerido para ser discutido no Parlamento jovem brasileiro.

5

QUE SE CONTEMPLAM TESTEMUNHOS ORAIS E ESTRATÉGIAS DE ATIVAÇÃO DA EMOÇÃO DO PÚBLICO

- Dulce Pandolfi foi a conferencista que mais trouxe relatos orais para pensar a democracia em sua exposição. Ela destacou a importância dessa aproximação sonora, do público com pessoas de carne e osso que têm suas vidas atravessadas pela luta em defesa da democracia e de melhores condições de seu exercício. Nesse sentido, sugeriu que o museu tenha uma sessão com testemunhos orais, para que as pessoas possam ouvir as vozes das pessoas

sobre as lutas pela democracia em suas várias dimensões. Aqui cabe agregar que há uma diferença crucial entre testemunhos e depoimentos, que há de ser considerado no trabalho de história oral a ser executado. Os devidos cuidados necessários com a ativação e o manejo com as memórias traumáticas e as pessoas que testemunham são necessários. Além, é claro, de ser importante realizar uma busca nos repositórios de história oral já existentes em Sítios de Memória e Consciência, Museus, Universidades e outros equipamentos de educação e cultura.

Sobre o aspecto vinculado a emoção, Ynaê Lopes destacou que nesse futuro museu “As pessoas precisam se chocar e chorar, se mexer de alguma forma”. Esta perspectiva também foi mencionada por Gringo Cardia, que defendeu que o público precisa ser envolvido com o tema. E mesmo com um tema traumático, precisa ser conduzido a uma reflexão positiva e encorajadora de se posicionar em defesa da democracia.

E finalmente, mas não menos importante, que

**O MUSEU ATUE PARA EFETIVAR O DIREITO
FUNDAMENTAL À MEMÓRIA DE TODOS,
TODAS E TODES.**

Direito constitucional, mas que não é exercido igualitariamente no Brasil.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

O público presente no auditório e também no virtual lamentou a brevidade entre a divulgação do seminário e sua realização, o que comprometeu uma participação maior de pessoas interessadas. A transmissão virtual via Canal no YouTube amenizou esta situação, mas a recomendação é que o próximo seminário seja amplamente difundido pelos diversos ministérios e autarquias públicas envolvidas, com antecedência maior para possibilitar maior alcance do público.

Nas observações dos participantes, também foi pontuado a ausência de profissionais museólogos na composição das mesas, tendo em vista que esta é uma profissão regulamentada e organizada no Brasil, com cursos de graduação, mestrado e doutorado em todas as regiões. Contribuiria muito para discussão se fosse ampliada e diversificada a presença de outros profissionais, trabalhadores de museus e mais iniciativas de memórias representativas das lutas por direitos e estratégias de resistência fossem agregadas à programação.

Por fim, houve uma demanda coletiva por informações sobre os próximos passos do planejamento do Governo quanto à execução do futuro museu, sendo um dos temas mais reivindicados durante o seminário, que o futuro museu seja uma construção coletiva, feito a muitas mentes, mãos, vozes, corpos, peles e almas.

4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um museu nacional que trabalhe com a preservação e ativação de memórias de violações de direitos humanos no Brasil é uma demanda de décadas. A Comissão Nacional da Verdade incluiu uma recomendação específica sobre isso, no relatório publicado em 2014. Mas nada avançou. Outras promessas, como a do Memorial da Anistia, que seria criado pelo Governo Federal em Minas Gerais, após despendimento de muitos recursos públicos, também não saiu do papel.

No circuito de energias, expectativas, vontades, desgostos e emoções, o tempo do silêncio durante a apresentação das repentistas do Sertão de Pajeú foi deveras simbólico. A cada mote, era necessário um tempo de silêncio, para a elaboração e construção da ideia e do repente a ser entoado.

O tempo foi um dos ensinamentos da apresentação artística dessas mulheres nordestinas que compartilharam arte com os participantes do seminário. Arte que tem o poder de levar suavidade que envolve e silencia, ao mesmo tempo que movimenta, exalta e mobiliza emoções (e ação). E imersos em tantas reflexões e anseios guardados há décadas por nós, cidadãos, a arte ecoou como brisa fresca no calor.

O silêncio sobre o fato de não termos até hoje um museu nacional que trate sobre nossos traumas históricos, diz muito sobre o Brasil e nosso mito da cordialidade levantado por autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, entre outros.

O tempo é algo que não pode ser menosprezado no emaranhado dos problemas de saúde da

democracia no Brasil. Ao passo que temos um penoso atraso em enfrentar nossas memórias traumáticas, em não termos um museu nacional sobre o tráfico transatlântico, sobre a ditadura brasileira, sobre o genocídio indígena, sobre tantos outros temas necessários de serem enfrentados no espaço público oficial, não parece ser adequado a criação de um museu emergencial. Tratar uma febre, não resolve uma infecção. Um antitérmico pode amenizar os sintomas, mas não cura uma doença.

Com isso, não se instiga a que demoremos mais décadas para ter um museu que trate o tema. Mas ressaltar que precisamos de um processo horizontal, aberto, democrático, interdisciplinar e reverberar as diversas dimensões da democracia nos cinco cantos do Brasil.

Que possamos nos esforçar para que a brisa trazida ao seminário, pelas artistas do Sertão do Pajeú possa seguir ecoando, de modo que **nós**, enquanto sociedade, governo, profissionais da educação e cultura, possamos unir forças, esforços e emoções, para planejar, montar e abrir as portas de museu do povo. Um museu que seja muito mais do que salas com exposições.

Queremos, e vamos juntas, juntos e juntas,

**criar uma instituição museológica que ative
continuamente as diferentes dimensões da
memória em prol da**

**DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS.
NADA DE NÓS, SEM NÓS! PORQUE, TUDO QUE NÓS**

TÊM, VOCÊ JÁ SABE, É NÓS!

5. REFERÊNCIAS CITADAS DURANTE O SEMINÁRIO PELOS PALESTRANTES

5.1. ARTISTAS

Adoniran Barbosa. Música: Saudosa maloca, 1961.

Carlos Drummond de Andrade. Texto: Procura da Poesia, 1945.

Elis Regina. Música: Eu quero uma casa no campo, 1972.

Emicida. Música: Passarinho, 2015.

Milton Nascimento e Fernando Brant. Música: Nos Bailes da Vida, 1981.

5.2. DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde, 1986. BRASIL.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Estatuto Brasileiro de Museus, 2009. BRASIL.

GUIMARÃES, Ulysses. Discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte, na sessão do encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em 5/10/1988. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte, pp. 14. 380-82.

5.3. TESTEMUNHOS E OUTRAS REFERÊNCIAS AUDIO-VISUAIS

ANTUNES, Carmen Lúcia Rocha. “Seminário como renasce a Democracia” 25 a 26 de julho de 2023. Curadoria de Heloisa Starling. Sesc Pompeia. Sesc São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/Democracias-CPF>.

BISPO, Nego; NOGUERA, Renato; RARA, Preta e MARANHÃO, Fabiano. Sesc Ideias – Território e Linguagem: Nossas trajetórias sustentam nossos discursos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aCXtfiCss78>.

BOSI, Alfredo. ‘Entrevista’. In: Revista de Cultura e Extensão nº 0 jul-dez. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

BUCCI, Eugenio. “Seminário como renasce a Democracia” 25 a 26 de julho de 2023. Curadoria de Heloisa Starling. Sesc Pompeia. Sesc São Paulo. <https://bit.ly/Democracias-CPF>.

- GALO, Paulo. Entrevista. In Pandolfi, Dulce e Fontes, Paulo (orgs). Relatos de Combate: movimentos sociais na pandemia. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2022, pp. 127-138.
- PINTO, Cleide. Entrevista. In Pandolfi, Dulce e Fontes, Paulo (orgs). Relatos de Combate: movimentos sociais na pandemia. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2022, pp. 95-104.
- SANTOS, Maralice dos. Entrevista. In Pandolfi, Dulce e Fontes, Paulo (orgs). Relatos de Combate: movimentos sociais na pandemia. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2022, pp. 257-264.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça no Brasil: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- SILVA, Maria Dalva Correa da. (Dalva do Borel). Entrevista. In Pandolfi, Dulce e Fontes, Paulo (orgs). Relatos de Combate: movimentos sociais na pandemia. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2022, pp. 265-273.
- STARLING, Heloisa. “Seminário como renasce a Democracia”. 25 a 26 de julho de 2023. Curadoria de Heloisa Starling. Sesc Pompeia. Sesc São Paulo. <https://bit.ly/Democracias-CPF>.

5.4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, Ana Paula Ferreira de. Museologia de memórias traumáticas: a produção acadêmica da Museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2023.
- BURGOS. Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo percurso. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.
- CHAGAS, Mário. Seminário 200 anos de Museus no Brasil: desafios e perspectivas (a partir da museologia social) para os museus no Brasil contemporâneo. Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: Ibram, 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2004.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SCHWARCZ, ML; STARLING, MH. A Bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
- SOUSA, Mário Lúcio. Meu verbo cultura: escritos amorosos sobre cultura e desenvolvimento. Org. Cláudia Sousa Leitão. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 31.

6. BIOGRAFIA DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

AUTORIDADES

Margareth Menezes - Ministra da Cultura

Margareth Menezes é cantora, compositora, atriz, gestora cultural, empresária e atual ministra da Cultura do Brasil. Em 36 anos de trabalho, já soma 17 obras lançadas, entre LPs, CDs e DVDs, e 23 turnês internacionais por todos os continentes do mundo. Ganhadora de dois troféus Caymmi, dois troféus Imprensa, quatro troféus Dodô e Osmar, além de ser indicada para Grammy Awards e Grammy Latino. Além da carreira artística, fundou há 18 anos, em Salvador, a Associação Fábrica Cultural - organização social que desenvolve projetos nos eixos de Cultura, Educação e Sustentabilidade. Margareth faz a gestão de seu selo de música e tem uma carreira construída como artista independente. É considerada uma das 100 mulheres negras que mais influenciam no mundo pela (MIPAD), instituição reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é membro da IOV Unesco como embaixadora da Cultura Popular.

Nísia Verônica Trindade Lima - Ministra da Saúde

Nísia Trindade Lima é a primeira mulher a chefiar o Ministério da Saúde. A ministra também foi a primeira mulher a presidir a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição histórica de ciência e tecnologia e referência internacional, entre 2017 e 2022. Nísia é doutora em Sociologia (1997), mestre em Ciência Política (1989), pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj - atual Iesp) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1980).

Mauro Viera - Ministro das Relações Exteriores

Nascido em Niterói, RJ graduou-se em Direito, pela Universidade Federal Fluminense (1973), e Diplomacia, pelo Instituto Rio Branco (1974), além de doutorado honoris causa em Letras, pela Universidade de Georgetown, em Washington DC (2014). No Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Viera atuou como Coordenador de Atos Internacionais; Assessor do Secretário-Geral; Assessor do Ministro das Relações Exteriores; Chefe de Gabinete do Secretário-Geral; e Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Também trabalhou no Ministério da Ciência e Tecnologia, como Secretário-Geral Adjunto de Ciência e Tecnologia; e no Ministério da Previdência e Assistência Social, como Secretário Nacional de Administração do Instituto de Previdência Social. No exterior, atuou como Segundo Secretário da Embaixada do Brasil em Washington D.C. (1978-1982); na Missão Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em Montevideu (1982-1985), como Primeiro Secretário; na Embaixada do Brasil na Cidade do México (1990-1992), como Conselheiro; e na Embaixada do

Brasil em Paris (1995-1999), como Ministro Conselheiro. Foi Embaixador do Brasil na Argentina (2004-2010); Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América (2010-2015); Representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas em Nova York (2016-2020) e Embaixador do Brasil na Croácia (2020-2022). Foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil, entre 2015 e 2016. Foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para desempenhar a função de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Márcio Tavares dos Santos - Secretário Executivo do Ministério da Cultura

É doutor em Arte pela Universidade de Brasília e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Historiador, curador de arte e gestor cultural, tem trajetória acadêmica e profissional voltada à pesquisa da arte na América Latina, à materialização da memória, ao audiovisual, à museologia e às políticas culturais. Foi coordenador de Memória, História e Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e gestor de equipamentos culturais no estado. Márcio Tavares atuou, ainda, na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados entre 2016 e 2017. Foi secretário nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores, coordenador de Cultura da campanha presidencial de Lula em 2022 e coordenador executivo do Grupo de Trabalho de Cultura do Gabinete de Transição.

Cecília Gomes de Sá SEEC-Minc).

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG-FAU da Universidade de Brasília (2022), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Teoria, História e Crítica de Arquitetura pelo PROPAR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014), com bolsa CAPES e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2003). Foi Secretária Adjunta de Projetos Especiais e Inovação da Prefeitura de Canoas-RS (2013-14) e Assessora Especial do prefeito para assuntos de planejamento urbano, arquitetura e projetos especiais (2011-12). Foi professora substituta na Universidade de Brasília e professora de Projeto Arquitetônico e Teoria e História da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo na Instituição de Ensino Superior de Brasília - IESB. Tem experiência profissional na área de arquitetura, atuando principalmente nos seguintes temas: edifícios de grande porte, edifícios culturais, edifícios institucionais, edifícios em altura e monumentos históricos. Trabalhou nos escritórios de Oscar Niemeyer, Se-Arch Architekten em Stuttgart (Alemanha) e Moser Freier Architekt em Tuttlingen (Alemanha) entre outros.

Fernanda Santana Rabello de Castro - Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus

Possui graduação em História (UFRJ, 2005), especialização em Ensino de História e Cultura da África e do Negro no Brasil (UCAM, 2007), mestrado em Educação (UFRJ, 2013) e doutorado em Educação (UFF, 2018), com doutorado sanduíche (PDSE/CAPES) na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, em Portugal (2017). Atualmente é mestranda no Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021). Foi professora de história no Ensino Fundamental- Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis e professora de história nos Ensinos Fundamental e Médio e também na Educação de Jovens e Adultos- Secretaria de Estado de Educação-RJ (2006-2010). Foi educadora no Museu da Chácara do Céu - IBRAM/RJ (2010-2019) e atua no Museu Histórico Nacional (desde 2018).

Coordenou o GT de Redes e Parcerias e integrou a equipe do Programa Nacional de Educação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (2012-2018), que desenvolveu a Política Nacional de Educação Museal. Coordenou o Curso de Especialização em Educação Museal, da parceria feita entre os Museus Castro Maya, o Museu da República e o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro/ FAETEC (2014-2016). Realiza pesquisas sobre políticas públicas de museus e de educação museal, trabalhando com pesquisa de público, avaliação, formação de educadores, elaboração de programas, projetos e ações educativas museais. É responsável pelo Programa de Pesquisa e Criação em Educação Museal do Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional, onde desenvolve ações de criação de metodologias, ferramentas e materiais educativos para museus, de colaboração e parcerias interinstitucionais para formação e pesquisa em educação museal. Coordenou o processo participativo de elaboração da Política Educacional do MHN. Entre 2019 e 2021 representou os servidores do Instituto Brasileiro de Museus nas reuniões da Diretoria Colegiada desse órgão. Lidera o grupo de Pesquisa “Educação Museal: conceitos, história e políticas”, do diretório do Ibram no CNPq. É professora no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIRIO. Integrou o Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro (2014-2019) e o Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do Brasil (2019-2022). Integra a Coordenação do Comitê para Ação Educativa e Cultural (CECA BR) do Conselho Internacional de Museus no Brasil (2022-). Atuou como Chefe da Divisão Técnica do Museu Histórico Nacional (fevereiro-julho 2022). Ocupou o cargo comissionado como Diretora Substituta do Museu Histórico Nacional (julho/22-janeiro/23). Interessa-se por pesquisas na área de políticas públicas para educação e cultura.

Leandro Antônio Grass Peixoto - Presidente do IPHAN

Docente e pesquisador nas áreas de Sociologia, Meio Ambiente, Gestão Pública, Cultura e Ciência Política. Bacharel em Sociologia e Licenciado em Ciências Sociais pela UnB (2007). Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/ UnB, na linha de Educação para Gestão Ambiental (2011). Gestor Cultural pela Organização dos Estados Iberoamericanos - OEI (2017). Experiência internacional em pesquisa na área de Governo e Políticas Públicas na Universidade Autônoma de Barcelona (2017). Coordenador projetos de iniciação científica, formação política e tecnologia na educação básica (2012-2014). Docente com experiência na educação básica e superior e na formação continuada de professores (2005-2021). Deputado Distrital (2019-2022). Presidente das Frentes Parlamentares Ambientalista, de Promoção dos Direitos Culturais e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2019-2022). Vice-Presidente da Comissão de Educação Saúde e Cultura na CLDF (2019-2022).

CURADORAS DO SEMINÁRIO

Cecília Gomes de Sá (SEEC-Minc). Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais do Ministério da Cultura, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília e Mestre em Teoria, História e Crítica de Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui experiência profissional na área de arquitetura, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, edifícios de grande porte, edifícios culturais, edifícios institucionais, edifícios em altura e monumentos históricos.

Heloísa Murgel Starling (UFMG). Professora titular-livre de História da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Historiadora e cientista política, seu campo principal de pesquisa está voltado tanto para o estudo da história das ideias quanto para a investigação e análise de temas próprios à tradição republicana e ao republicanismo, bem como à história e a prática da democracia no Brasil. Publicou, entre outros livros, Brasil, uma biografia (em coautoria com Lília Schwartz) (2015); Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida (2018). Organizou Ação e busca da felicidade. Hannah Arendt (2018); Vozes do Brasil: a linguagem política da Independência (coorganizadora com Marcela Telles Elian de Lima) (2021). Entre seus trabalhos mais recentes está o livro Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise (em coautoria com Miguel Lago e Newton Bignotto (2022) e Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá (co-organizadora com Antônia Pellegrino 2022).

Izabel Torres (SEEC-Minc). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília, Mestre em Gestão Urbana pela Technische Universität Berlin e especialista em Gestão do Desenvolvimento Territorial com Ênfase em Política Habitacional pela Universidade Federal da Bahia. Analista de Infraestrutura desde 2012, trabalhou na gestão do Programa Minha Casa Minha Vida, atuando como coordenadora de implementação de empreendimentos habitacionais de 2019 a 2022. Atualmente, em exercício no Ministério da Cultura, no cargo de Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Projetos, é responsável pela formulação e implementação do programa Territórios da Cultura.

Marcela Telles (UFMG). Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Co-organizadora dos livros Utopias Agrárias (Ed. UFMG, 2008); Poesia e prosa com Maria Bethânia: diálogos entre literatura e canção (Projeto República/UFMG, 2017) e Vozes do Brasil: a linguagem política na Independência (Ed. Senado Federal, 2020). Pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória/UFMG.

RELATORA

Ana Paula Brito é filha de Dona Vanda, mãe da Ana Clara (12/02/2019), paraibana. Historiadora e Museóloga. Doutora em História Social pela PUC/SP, com estágio sanduíche na Universidad de Barcelona. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel, com estágio sanduíche na Universidad de Buenos Aires, graduada em História pela UFPB. Mestra em Museologia pela UFRGS. É fundadora e coordenadora da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência e pesquisadora titular da Cátedra do Maria Cybilla (Calas Center) no Brasil, investigando a construção da memória do atentado à democracia no 8 de janeiro. Atuou na Casa do Patrimônio de João Pessoa, no Núcleo de Preservação da Memória, na coordenação da pesquisa histórica e museológica para a implantação do Memorial da Luta pela Justiça, na coordenação de pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo, na implantação do Memorial da Democracia da Paraíba, na requalificação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Possui

atuação internacional em Sítios de Memória e Consciência, como na organização argentina Memoria Abierta, no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos de Chile, no Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba, na Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi, entre outros. É autora de livros e artigos sobre Museologia de memórias traumáticas, curadoria coletiva em museus, memória social e ditaduras militares, democracia, patrimônio cultural e história do tempo presente. E-mail: britoanapaulaa@gmail.com

MEDIADORES

Débora Santos é doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT) - Lisboa/ Portugal. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Especialista em Museologia Avançada pelo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Graduada e Licenciada em História pela PUC/SP. Atualmente Professora do Curso de Bacharelado em Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília - FCI/UnB; Pesquisadora do Grupo de Estudos Museologia, Patrimônio e Memória do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCInf/FCI/UnB e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (GEPPHERG) - da Faculdade de Educação - FE/UnB. Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro - NEAB/CEAM/UnB.

Leandro Grass é presidente do IPHAN, graduado em Ciências Sociais com mestrado em Desenvolvimento Sustentável, ambos pela UnB e especialista em Gestão Cultural pela Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI).

Márcio Tavares, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, é graduado em História pela Universidade Federal do Rio do Sul (UFRGS), fez mestrado em História pela Universidade Federal do Rio do Sul (UFRGS) e doutorado em Artes pela Universidade de Brasília (UNB).

Mirela Leite de Araujo é diretora do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Graduada em Museologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo, com especialização em Gestão Cultural – Cultura, Desenvolvimento e Mercado pelo SENAC. Desenvolve trabalhos de organização, implantação e revitalização de museus, planejamento museológico, com ênfase em processos de participação social e nas relações entre museu, comunidade e movimentos sociais.

PALESTRANTES

Alane Lima é Graduada em Educação do Campo pela UFPB/PRONERA, especialista em Educação do/no Campo pela UFPB. Camponesa, está Presidenta e Educadora Popular do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

Álvaro Ahumada San Martín é chileno, economista de profissão e mestre em Gestão e Políticas Públicas. Tem experiência relevante na concepção, planejamento, monitorização e avaliação de políticas públicas, particularmente nas áreas de segurança humana, drogas e criminalidade. É membro do Conselho de Administração do Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile. Além disso, é presidente da Corporação Parque da Paz Villa Grimaldi, o primeiro sítio de memória recuperado no Chile e na América Latina.

André Basbaum é jornalista com 24 anos de experiência na profissão. Passou pelas 4 maiores emissoras de televisão do Brasil - Globo, Band, SBT e Record TV, exercendo funções executivas e em posições de liderança. Basbaum é especialista em cobertura eleitoral. Produziu debates presidenciais em todas as eleições nacionais, desde 2002. É pós-graduado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho em redações grandes deu a André habilidades fundamentais para enfrentar o grande desafio atual na área da comunicação: O Combate à desinformação e às redes de distribuição de notícias falsas - que ameaçam a sociedade e a democracia brasileiras.

Andréa de Araujo Nogueira é Historiadora, mestre e doutora em História da Cultura (USP). Atuou em instituições culturais como Itaú Cultural e desde 1998 no Sesc São Paulo. Gerente do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc e do Sesc 14 Bis.

Carolina Rocha Teixeira é historiadora, atuou como professora na rede pública na região da Vila Constância, localizada na zona Sul de São Paulo. Possui curso técnico e bacharelado em museologia. Desde 2020 atua na articulação da Rede Museologia Kilombola, um coletivo composto por mais de 70 estudantes e profissionais negros da área de Museologia. Atualmente, exerce a função de Museóloga no Museu das Favelas, em São Paulo. Dedicar-se à pesquisa de forma autônoma, explorando a interseção da museologia com os campos da administração, tecnologia e direito.

Daiara Hori Figueroa Sampaio - Duhigô, do povo indígena Tukano – Yé'pá Mahsã, clã Eremiri Hãusiro Parameri do Alto Rio Negro na amazônia brasileira, nascida em São Paulo. Artista, ativista, educadora e comunicadora. Graduada em Artes Visuais e Mestre em direitos humanos pela Universidade de Brasília - UnB; pesquisa o direito à memória e à verdade dos povos indígenas. Foi coordenadora da Rádio Yandê, primeira web-rádio indígena do Brasil de 2015 à 2001. Ganhadora do Prêmio PIPA Online 2021, organizado pelo Instituto PIPA como mais relevante prêmio brasileiro de artes visuais. Estuda a cultura, história e espiritualidade tradicional de seu povo junto à sua família.

Dulce Chaves Pandolfi é doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Universidade da Cidadania, UFRJ. Foi pesquisadora e professora da Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Edson Diniz Nóbrega, morador da Favela da Maré por 40 anos, é graduado em história pela UERJ, mestre em Educação Brasileira e doutor em Sociologia da Educação pela PUC-Rio. Cofundador da Redes de Desenvolvimento da Maré, criador do Núcleo de Memória e Identidade dos Moradores da Maré (NUMIM), por onde publicou 2 livros sobre a história da Favela da Maré. Foi professor de História das redes pública e privada do Rio de Janeiro, onde atuou por 20 anos. Coordenou por 10 anos o pré-vestibular comunitário da Maré. Hoje, é pesquisador do Laboratório de Avaliação da Educação (LAED) da PUC-Rio e também atua no Complexo de Formação de Professores da UFRJ. Tem pesquisas nas áreas de Sociologia e História da educação, segurança pública, história das favelas, direitos humanos, arte e cultura nas favelas.

Gringo Cardia é designer, arquiteto, cenógrafo, artista gráfico, diretor de arte, diretor de videocliques, teatro, óperas, desfiles de moda, curador de museus e exposições no Brasil e no exterior. Em música, fez a direção de arte de capas de disco como Tom Jobim, Maria Bethânia, Gilberto Gil, Marisa Monte, Ivete Sangalo, Chico Buarque, Carlinhos Brown, dentre outros; criou cenários de shows e dirigiu mais de 70 videocliques. Em teatro, fez cenários de várias peças onde trabalhou com renomados diretores brasileiros como Mauro Rasi, Miguel Falabella, Hector Babenco e José Celso Martinez Corrêa, entre outros. Fez a direção e cenografia de vários espetáculos e exposições em Londres, Paris, Berlim, Nova Iorque e Tóquio. Trabalhou com o diretor alemão Werner Herzog na ópera “Midsummer Night’s Dream”. É o parceiro criativo e cenógrafo de todos os trabalhos da Cia. de Dança Deborah Colker e criou junto com Deborah, o espetáculo “O Ovo” do Cirque Du Soleil, em turnê mundial. Na nova linguagem dos museus contemporâneos, faz curadoria, museografia e os vídeos de vários museus pelo Brasil e pelo mundo. Projetou o novo “Museu da Cruz Vermelha Internacional” em Genebra, na Suíça, com os arquitetos Shigeru Ban e Francis Kéré. Foi o curador do “Memorial de Minas Gerais - VALE” na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, do “Museu A Casa do Rio Vermelho de Jorge Amado e Zélia Gattai”, “Museu A Casa do Carnaval” e o “Museu Cidade da Música da Bahia”, em Salvador, do “Museu das Telecomunicações Oi” no Rio de Janeiro e Belo Horizonte e do “Museu Caminhão Itinerante - Sentimentos da Terra”, que viaja pelo interior do Brasil. Recebeu mais de 20 prêmios no Brasil e no exterior como designer. É diretor da ONG Escola Fábrica Spectaculu, junto com a atriz Marisa Orth, o artista Vik Muniz e a produtora de eventos de arte Malu Barretto, que formam jovens das periferias do Rio de Janeiro em técnicos para a área de espetáculos há 16 anos. Dirige o estúdio ACASAGRINGOCARDIA Design localizado no Rio de Janeiro com sua irmã, Gringa Cardia.

Heloisa Murgel Starling é professora titular-livre de História da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Historiadora e cientista política, seu campo principal de pesquisa está voltado tanto para o estudo da história das ideias quanto para a investigação e análise de temas próprios à tradição republicana e ao republicanismo, bem como à história e a prática da democracia no Brasil. Publicou, entre outros livros: “*Brasil, uma biografia*” (em coautoria com Lília Schwartz) (2015);

“Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida” (2018). Organizou *“Ação e busca da felicidade”*. Hannah Arendt (2018); *“Vozes do Brasil: a linguagem política da Independência”* (coorganizadora com Marcela Telles Elian de Lima) (2021). Entre seus trabalhos mais recentes está o livro *“Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise”* em coautoria com Miguel Lago e Newton Bignotto (2022) e *“Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá”* (coorganizadora com Antônia Pellegrino 2022).

Lilia Moritz Schwarcz é professora do Departamento de Antropologia da USP; Global Professor de 2011 a 2016 e desde então Visiting Professor em Princeton. É autora de vários livros na área de antropologia e história. É curadora adjunta no MASP e colunista do jornal Nexô.

Livia de Sá Baião é economista com mestrado e doutorado em literatura pela PUC Rio e desenvolve pesquisa sobre os arquivos e o processo de escrita de Guimarães Rosa. É a fundadora e diretora do Rio Memórias, o primeiro museu virtual sobre a história e cultura da cidade do Rio. É conselheira da Associação Recriando Raízes e foi conselheira do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Trabalhou durante 30 anos como executiva de grandes empresas (Light, Enel e ABRADÉE).

Márcia Kambeba é Mestre em Geografia pela UFAM, doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFPA, poeta, escritora, compositora, educadora em aldeia indígena para licenciatura intercultural indígena pela UEPA, pertence ao povo Omágua/Kambeba. Contadora de histórias infantis, tem 6 livros publicados sobre cultura, memória, identidade e territorialidade e direitos dos povos indígenas, faz sarau literomusical autoral (canto, conto e poesia), ativista da causa indígena e ambiental. É Membro da Academia Internacional de Literatura Brasília nos EUA e da Academia Formiguense de Letras em Formiga MG. Faz pesquisa sobre o povo Omágua/Kambeba e a relação dos povos com as narrativas orais e o território fortalecendo os saberes, cultura, memória e identidade para resistência.

Miguel Lago é cientista político e professor na T.H. Chan School of Public Health da Universidade de Harvard, tendo lecionado na Sciences Po Paris, na Universidade de Columbia. É diretor executivo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) e foi diretor-presidente do Meu Rio e do NOSSAS. Miguel já publicou artigos em diversos jornais de grande circulação, como The New York Times, Le Monde, El País e Revista piauí. É também co-autor dos livros *“Linguagem da Destruição”* com Heloisa Starling e Newton Bignotto, *“Do que falamos quando falamos de Populismo”* com Thomás Zicman de Barros - ambos pela Companhia das Letras - e do *“Construção de um Estado para o Século XXI”* com Francisco Gaetani - pela editora Cobogó. Em 2019, foi premiado com o World ‘s 100 Most Influential People in Digital Government.

Roberto Andrés é arquiteto urbanista, professor doutor da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisador de cidades, política e clima. Foi um dos fundadores-editores da revista Piseograma e é colaborador da revista Piauí. Coordena a Rede Nossas Cidades e é autor do livro *“A Razão dos Centavos”*, publicado pela Zahar em 2023.

Suzenilson Kanindé é mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Indígena da etnia Kanindé. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC. Coordenador do Ponto de Cultura e Memória: Museu Indígena Kanindé. Articulador da Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Brasil.

Ynaê Lopes dos Santos é professora de História da América da Universidade Federal Fluminense. É bacharel, mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo. Suas áreas de pesquisa tratam da História da Escravidão nas Américas, bem como o Estudo das relações étnico-raciais no continente americano e também do ensino de História da África e da questão negra no Brasil, com livros publicados nessas áreas. Também é Membro executiva do BRASA, editora da Revista Tempo, colunista da DW Brasil, consultora do Projeto Querino, e administradora do perfil do Instagram @nossos_passos_vem_de_longe. Autora dos Livros: *“Além da Senzala”*. *“Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro”* 1808-1850 - HUCITEC, 2010/ *“História da África e do Brasil Afrodescendente”* - PALLAS, 2017/ *“Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira”* EDUFF, 2020/ Racismo Brasileiro. Uma história da formação do país. TODAVIA, 2022.

Zélia Duncan começou a cantar profissionalmente em 1981 e se tornou nacionalmente conhecida, com a música Catedral, em 1995, após gravar na WEA Music. Ao longo de 42 anos de carreira lançou 15 discos, 5 DVDs solo, ganhou vários prêmios, discos de ouro e de platina, participou de trabalhos junto a grandes nomes da música brasileira, realizou vários projetos importantes. Entre eles o CD e DVD “Eu me transformo em Outras”, fez parte da nova formação do grupo Os Mutantes (2007), gravou o DVD ‘Amigo é casa’ com a cantora Simone (2008), atuou como atriz em ‘Totatiando (2011), ‘Alegria, Alegria’ (2017) e ‘Mordidas’ (2018). Gravou o CD ‘Tudo Esclarecido’ (2013), com parte da obra de Itamar Assumpção. Lançou um CD de sambas intitulado ‘Antes do Mundo Acabar’ (2015) - com músicas de Dona Ivone Lara, Moacyr Luz, Pretinho da Serrinha, Paulinho da Viola, além de parcerias dela com Xande de Pilares, Arlindo Cruz, Ana Costa e Zeca Baleiro. Homenageou Milton Nascimento no disco Invento +, acompanhada somente pelo maestro e cellista Jaques Morelenbaum. Em 2019, após dez anos sem um disco pop autoral, lança Tudo É Um, quando mais uma vez concorreu ao Grammy Latino. No mesmo ano, com a parceira musical Ana Costa, lança o album-manifesto, “Eu Sou Mulher, Eu Sou Feliz”, reunindo 16 cantoras e instrumentistas mulheres. Entre 2015 e 2017, foi colunista semanal do jornal O Jornal O Globo. Também em 2015, passou a assinar o roteiro do Prêmio da Música Brasileira, por 5 anos consecutivos. Em 2020 gravou com Pedro Franco, o álbum Minha Voz Fica, com músicas de Alzira E, lançado em fevereiro de 2021. Ainda em 2020 compôs 15 músicas com Juliano Holanda e gravou em casa o álbum Peleespírito, lançado em maio de 2021. Em 2022 é agraciada com a medalha Chiquinha Gonzaga na Assembleia Municipal do Rio de Janeiro. No mesmo ano, estreia turnê com seu amigo e parceiro Paulinho Moska e, no ano seguinte, estreia o show Sem Tirar os Olhos do Mundo’.

ARTISTAS

Performance - Daiara Tukano

Duhigô, do povo indígena Tukano – Yé'pá Mahsã, clã Eremiri Hãusiro Parameri do Alto Rio Negro na amazônia brasileira, nascida em São Paulo. Artista, ativista, educadora e comunicadora. Graduada em Artes Visuais e Mestre em direitos humanos pela Universidade de Brasília - UnB; pesquisa o direito à memória e à verdade dos povos indígenas. Foi coordenadora da Rádio Yandê, primeira web-rádio indígena do Brasil de 2015 à 2001. Ganhadora do Prêmio PIPA Online 2021, organizado pelo Instituto PIPA como mais relevante prêmio brasileiro de artes visuais. Estuda a cultura, história e espiritualidade tradicional de seu povo junto à sua família.

Performance poética - Luna Vitrolira e glosadoras do sertão do Pajeú - PE

Democracia em verso e glosa. A Mesa de Glosas é uma modalidade de poesia de improviso criada no Sertão do Pajeú em Pernambuco, improvisadas em décimas, a partir de motes/temas revelados na hora. Essa estrutura de dois versos determina os assuntos, a forma métrica e as rimas a serem usadas no improviso, além de obrigatoriamente encerrar as estrofes. Com mediação da multiartista **Luna Vitrolira** e Produção Executiva de Taciana Enes, o coletivo “Mulheres de Repente” - formado por Elenilda Amaral, Erivoneide Amaral, Francisca Araújo, Thaynnara Queiroz, Dayane Rocha e Milene Augusto - circulou recentemente, na FLUP/22 e na FLIP/22 Rio de Janeiro, pelo circuito do Frio do SESC Rio e no Seminário “Como Renasce a Democracia” do CPF SESC SP. O grupo também participou do especial de 35 anos do Programa Metrópoles da TV Cultura no último mês de abril/23.

Dayane da Rocha Lira, reside em Brejinho de Tabira, é natural de Afogados da Ingazeira, no Auto Sertão do Pajeú. Formada em história, 2016.2, pela FASP. Atua no cenário poético desde o ano 2012. É glosadora desde o ano 2013, quando participou da primeira mesa de Glosas mista, em São José do Egito - PE. Participa do projeto: de repente uma glosa, e mulheres de repente, na direção de Luna Vitrolira. Tem publicado um cordel de poesia erótica, participou da coletânea: o que é poesia? Direção de Marcos Pê, e produziu o livro Coletânea das flores, POETISAS do Pajeú, juntamente com Bruna Tavares. Tem participação na série “O rio feiticeiro”, na série “Sou Poesia Popular”, entre outros filmes. Faz parte do projeto de mesa de glosas feminino: Mulheres de repente, que já circulou nos principais eventos de literatura do país como FLUP e FLIP no RJ, Festival de Inverno de Garanhuns PE e recentemente fez o Circuito do Frio no SESC RJ e participou do seminário “Como Renasce a Democracia” pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. E-mail: dayanerocha1302@gmail.com

Elenilda Amaral, nascida em 23 de fevereiro de 1987, natural de Tavares-PB,, residente em Afogados da Ingazeira desde os 4 anos de idade, Filha de cantador repentista, iniciou na poesia como declamadora em 2009. Participou de três coletâneas de poesias: Flores do Pajeú em 2017, O que é poesia, 2018 , coletânea de mesa de glosas em 2019 e publicou seu primeiro cordel: Casamento Matuto sustentável em 2021. A poetisa também é glosadora, ministra oficinas de cordel, produz e apresenta um programa cultural na rádio Pajeú de Afogados da Ingazeira, além de fazer parte do

projeto de mesa de glosas feminino: Mulheres de repente, que já circulou nos principais eventos de literatura do país como FLUP e FLIP no RJ, Festival de Inverno de Garanhuns PE e recentemente fez o Circuito do Frio no SESC RJ e participou do seminário “Como Renasce a Democracia” pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. E-mail : elenilda.amaral30@gmail.com

Erivoneide Amaral, poetisa, glosadora, escritora, declamadora eicineira, participou de várias mesas de glosas, dentre elas, no FIG, festival de Inverno de Garanhuns em 2018, em 2014 em Fortaleza, no festival Recifense de literatura: A letra e a voz e Também fez parte do livro coletânea das flores lançado em 2017 e da coletânea Mesa de glosas da 1ª Feira de Poesia do Pajeú. Faz parte do projeto de mesa de glosas feminino: Mulheres de repente, que já circulou nos principais eventos de literatura do país como FLUP e FLIP no RJ e recentemente participou do seminário “Como Renasce a Democracia” pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. E-mail: amaralerivoneide@gmail.com

Francisca Araújo reside em uma comunidade rural situada na cidade de Iguaracy, no sertão pernambucano. Graduanda em Pedagogia pela FASP- Faculdade do sertão do Pajeú. Seus primeiros escritos começaram por volta dos 14 anos de idade, participa de eventos de declamação e mesas de glosas. Participou da coletânea “O que é poesia” (2018), Coletânea das Mesas de Glosas do Pajeú (2019), Antologia Literária e Fotográfica “Profundaças 3”, Voo Audiovisual (2019) e Coletânea da Mesa de Glosas da 1ª Feira de Poesia do Pajeú - CEPE Editora (2021). É autora das glosas que compõem o cordel intitulado “Respeito não é somente/ No dia internacional”, no mote de Thaynnara Queiroz. Também faz parte do projeto de mesa de glosas feminino: Mulheres de repente, que já circulou nos principais eventos de literatura do país como FLUP e FLIP no RJ, Festival de Inverno de Garanhuns PE e recentemente fez o Circuito do Frio no SESC RJ. E-mail: poetisafranciscaaraujo@gmail.com

Gabrielle Vitória De Lira (Luna Vitrolira), Pernambucana, 29 anos, é escritora, poeta, cantora, atriz, performer, apresentadora, redatora, educadora, professora de Literatura Brasileira e de escrita criativa, pesquisadora, palestrante, licenciada em Letras/língua vernácula e Mestra em Teoria da Literatura, pela UFPE. Desenvolve pesquisa acadêmica com ênfase em poética das vozes e poesia de improviso. É também idealizadora dos projetos “Estados em Poesia”, de “De repente uma Glosa” e “Mulheres de Repente”, por meio dos quais faz circular a Mesa de Glosas, modalidade de poesia de improviso do sertão do Pajeú/PE. Estreou na literatura, na música e no cinema com o trabalho transmídia “Aquenda- o amor às vezes é isso”, título de seu primeiro livro de poemas lançado em 2018 pelo Selo Livre, (Wnaderlay Mendonça e Marcelino Freire), prefaciado por Heloísa Buarque de Holanda. O livro foi finalista do prêmio Jabuti 2019. A partir do livro, Luna Vitrolira gravou seu primeiro disco homônimo (selo Deckdisc), com o qual lançou carreira musical. Depois do disco foi a vez do filme curta-metragem, homônimo, lançado também no dia 26 de março de 2021, cuja trilha sonora são 7 faixas do disco e 1 faixa inédita (águas espessas), integrando literatura, música, performance e cinema. E-mail: lunavitrolira.poesia@gmail.com

Milene Augusto nasceu aos 22 de março de 2002, na cidade de Afogados da Ingazeira-PE, e atualmente reside em Solidão-PE. Desde os 13 anos de idade escreve seus “versos”, mas só aos 15 anos

começou a espalhar poesia em cidades do sertão do Pajeú e também em terras paraibanas. Milene estreou nas mesas de glosas com 16 anos de idade, sendo atualmente a poetisa mais jovem que integra a mesa. Ela também já participou de vários eventos, como: Balaio Cultural (Tuparetama-PE), Cantilena (Ingazeira-PE), 1 feira de poesia popular do Pajeú (São José do Egito), e vários outros eventos, entre mesas de Glosas e recitais. Tem um cordel intitulado “nas asas da poesia” e outro cordel intitulado “amores e despedidas” e participou também da coletânea “Mesa de Glosas”. Faz parte do projeto de mesa de glosas feminino: Mulheres de repente, que já circulou nos principais eventos de literatura do país como FLUP e FLIP no RJ, Festival de Inverno de Garanhuns PE e recentemente fez o Circuito do Frio no SESC RJ e participou do seminário “Como Renasce a Democracia” pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. E-mail: augustoferreiramilene@gmail.com

Taciana Enes é especialista em Gestão e Produção Cultural com ênfase em Eventos pela Faculdade Frassinetti do Recife. Diretora na A Gravina Produção onde trabalha como produtora cultural, pesquisadora, professora, produção executiva de festivais e projetos de incentivo cultural. Trabalhou como Vice diretora no Instituto Floripa Jazz e produção executiva no Floripa Jazz Festival. Autora dos livros e oficinas homônimas “Como Arrumar Sua Banda”, “Notas de uma Produtora Cultural na Música” e “Como Vender Sua Banda”. Já vendeu e produziu shows em mais de vinte unidades dos Sescs de São Paulo e RJ. Realizou shows na Virada Cultural SP e turnês no Circuito Municipal de Cultura SP e Circuito CEU SP. Contabiliza mais de 20 projetos de incentivo cultural aprovados. Atualmente trabalha como manager e produtora da banda de carnaval pernambucano “Carregue a Pilha” do músico Recifense “Caiçara” e da mesa de glosas feminina “Mulheres de Repente”. E-mail: agrainaproducao@gmail.com

Thaynnara Queiroz é pernambucana, nascida em 22 de agosto de 1992, natural de Afogados da Ingazeira e residente no município de Carnaíba, terra de Zé Dantas, no Sertão do Alto Pajeú. Filha de Alice Mota de Queiroz e Verônica Queiroz Pessoa, é secretária executiva da Academia Afogadense de Letras e membro fundadora do Clube Cordel. É autora dos cordéis ‘O Desencontro da Poesia’, ‘Semiótica do Cuscuz’ e o premiado pela Companhia Editora de Pernambuco ‘Gênesis: A origem do cangaço feminino’, além do livro de poemas ‘Estrela’. Improvisa na mesa de glosas desde julho de 2021, ano em que concluiu o projeto ‘365 dias de poesia’ em seu Instagram. Desenvolve ainda cursos de formação de escritores e cordelistas de forma online e presencial, além de prestar mentoria para jovens escritoras. Faz parte do projeto de mesa de glosas feminino: Mulheres de repente, que já circulou nos principais eventos de literatura do país como FLUP e FLIP no RJ, Festival de Inverno de Garanhuns PE e recentemente participou do seminário “Como Renasce a Democracia” pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. E-mail: queirozthaynnara@gmail.com

Apresentação musical - Sete mulheres pela independência do Brasil

Ana Costa, indicada 4 vezes como a melhor cantora de samba e eleita Revelação no Prêmio Rival Petrobras, Ana Costa é uma talentosa cantora, compositora e violonista que ganhou destaque pela revitalização do samba em terras cariocas. Com um legado de 5 CDs e 1 DVD lançados, sua música

é uma verdadeira ode à cultura brasileira. Além de encantar os palcos com sua voz marcante, Ana revelou seu talento como compositora e produtora musical em parceria com Zélia Duncan, compondo 16 músicas para o aclamado álbum “Eu sou mulher, eu sou feliz”. Com uma habilidade diversificada e uma visão apurada para produção musical, Ana também participou de projetos notáveis, assumindo o papel de produtora em diversas produções musicais. Sua expertise artística e técnica tem se destacado em colaborações com outros artistas, onde atuou como produtora musical e violonista, reforçando sua influência no cenário musical brasileiro, como o Projeto MARES (Mulheres Artistas em Residência). Seja nos palcos, compondo ou empoderando outras mulheres artistas, Ana Costa continua a encantar com sua paixão pela música e sua dedicação à causa feminina são uma fonte constante de inspiração para todos fortalecendo sua contribuição para a cena cultural brasileira.

Giselle Sorriso é percussionista carioca, da comunidade da Vila Aliança, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Giselle Sorriso entrou no mundo da percussão através da oficina Batukanego e, logo em seguida, começou a compor as rodas de samba da cidade com uma energia leve, um sorriso contagiante e muito talento com os instrumentos. Além de ser sócia e uma das idealizadoras da Roda de samba Raízes, é integrante do Grupo Samba Que Elas Querem (no qual fizeram uma turnê na Europa no ano de 2019), Grupo Pra Elas, Banda da Cantora Teresa Cristina (no show um Sorriso negro que já fez apresentações no viradão cultural em São Paulo Paulo, Casa Natura (SP), Circo Voador (RJ), Teatro São Luiz (CE). Banda da Cantora Marina Iris (Fazendo apresentações em vários palcos do Rio de Janeiro) e hoje comanda o seu Pagode na sua comunidade, Pagode da Gigi.

Geiza Carvalho é natural da cidade do Rio de Janeiro. É uma instrumentista versátil e singular que percorre este universo musical provocando atravessamentos na área popular e erudita. Seriedade, criatividade e emoção são marcas do seu trabalho, trazendo em seus Sets percussivos instrumentos sinfônicos e populares numa busca incessante pelos timbres e sons. Iniciou seus estudos na música aos 12 anos, quando teve suas primeiras aulas de violão, mas logo em seguida já migrava para a percussão da qual ela fez sua profissão como musicista profissional. Formada pela UFRJ em percussão sinfônica e licenciatura em música (UFRJ), estudou percussão performance na Hochschule Musik Für Karlsruhe, na Universidade da Alemanha. Atualmente é professora da graduação do curso de Percussão Sinfônica do Conservatório Brasileiro de Música, integrante e uma das idealizadoras do projeto Chora Mulheres na Roda(roda de choro para mulheres instrumentistas), integrante da Orquestra Sinfônica de Mulheres do Brasil, gravou recentemente no álbum “Sete mulheres pela independência do Brasil” da Zélia Duncan e Ana Costa(maio 2023), tocou recentemente no trabalho “Pra nunca se Acabar” da cantora Roberta Sá(novembro 2020), também atua como educadora Musical em escolas, projetos sociais e Sesc como professora de percussão e musicalização infantil. Além de trabalhar na área popular integrando vários grupos musicais, também atua em espetáculos teatrais como musicista e arranjadora.

Jessica Zarpey é professora de percussão na Escola de Música AMC (Associação do Movimento de Compositores da Baixada Fluminense), onde fez a sua formação musical. Já acompanhou grandes nomes da música popular brasileira como: Nei Lopes, Nilze Carvalho, Mestre Monarco, Teresa Cristina e outros. Atualmente acompanha a cantora Letícia Letrux e integra algumas rodas de samba do Rio de Janeiro.

Zélia Duncan começou a cantar profissionalmente em 1981 e se tornou nacionalmente conhecida, com a música Catedral, em 1995, após gravar na WEA Music. Ao longo de 42 anos de carreira lançou 15 discos, 5 DVDs solo, ganhou vários prêmios, discos de ouro e de platina, participou de trabalhos junto a grandes nomes da música brasileira, realizou vários projetos importantes. Entre eles o CD e DVD “Eu me transformo em Outras”, fez parte da nova formação do grupo Os Mutantes (2007), gravou o DVD ‘Amigo é casa’ com a cantora Simone (2008), atuou como atriz em “Totatiando (2011), ‘Alegria, Alegria’ (2017) e ‘Mordidas’ (2018). Gravou o CD ‘Tudo Esclarecido’ (2013), com parte da obra de Itamar Assumpção. Lançou um CD de sambas intitulado ‘Antes do Mundo Acabar’ (2015) - com músicas de Dona Ivone Lara, Moacyr Luz, Pretinho da Serrinha, Paulinho da Viola, além de parcerias dela com Xande de Pilares, Arlindo Cruz, Ana Costa e Zeca Baleiro. Homenageou Milton Nascimento no disco Invento +, acompanhada somente pelo maestro e cellista Jaques Morelenbaum. Em 2019, após dez anos sem um disco pop autoral, lança Tudo É Um, quando mais uma vez concorreu ao Grammy Latino. No mesmo ano, com a parceira musical Ana Costa, lança o album-manifesto, “Eu Sou Mulher, Eu Sou Feliz”, reunindo 16 cantoras e instrumentistas mulheres. Entre 2015 e 2017, foi colunista semanal do jornal O Jornal O Globo. Também em 2015, passou a assinar o roteiro do Prêmio da Música Brasileira, por 5 anos consecutivos. Em 2020 gravou com Pedro Franco, o álbum Minha Voz Fica, com músicas de Alzira E, lançado em fevereiro de 2021. Ainda em 2020 compôs 15 músicas com Juliano Holanda e gravou em casa o álbum Pelespírito, lançado em maio de 2021. Em 2022 é agraciada com a medalha Chiquinha Gonzaga na Assembleia Municipal do Rio de Janeiro. No mesmo ano, estreia turnê com seu amigo e parceiro Paulinho Moska e, no ano seguinte, estreia o show Sem Tirar os Olhos do Mundo’.